

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE  
CURSO DE PSICOLOGIA

CATALINA EGGER DESFONTAINE

DESAFIOS ENFRENTADOS POR CRIANÇAS COM VARIABILIDADE DE  
GÊNERO: o papel da Psicologia

SÃO PAULO

2022

CATALINA EGGER DESFONTAINE

DESAFIOS ENFRENTADOS POR CRIANÇAS COM VARIABILIDADE DE  
GÊNERO: o papel da Psicologia

Trabalho de conclusão de curso como exigência parcial  
para a graduação no curso de Psicologia, sob a orientação  
do Prof. Dr Plínio de Almeida Maciel Junior

SÃO PAULO

2022

*Dedico esse trabalho  
a todas as crianças que são,  
ou foram algum dia  
esquecidas, invisibilizadas e silenciadas*

## AGRADECIMENTOS

Com a finalização de um trabalho longo e realizado com muito carinho,

Gostaria de agradecer primeiramente aos meus pais, pelo apoio que sempre me deram, por me ensinarem a olhar o outro com carinho e compaixão.

Aos meus irmãos, que mesmo em outros continentes permanecem sempre ao meu lado.

Aos meus amigos que caminham comigo e me dão as mãos sempre que preciso: meus profundos agradecimentos pela paciência e acolhimento em momentos de angústia.

Agradeço aos professores que me deram aula desde o início da graduação, que me trouxeram questionamentos pertinentes para a psicologia e me motivaram a seguir com essa profissão.

Aos professores que me acompanharam de perto nas monitorias e supervisões: Edna Bertini, Marisa Catta-Preta, Claudinei Affonso, Elizabeth Montagna, José Agnaldo Gomes, Gabriela Gramkow, Isabel Kahn e Sandra Alencar. Agradeço pelo acolhimento de minhas angústias com a formação, pelo apoio e pelo cuidado que sempre ofereceram.

Finalmente, mas não menos importante, gostaria de agradecer a quem acompanhou de perto a construção deste meu trabalho:

À professora Sandra Sanchez pela orientação na construção do Projeto de Pesquisa;

Ao Plínio de Almeida Maciel Júnior, pela orientação do trabalho e pelo apoio nos momentos de dúvida.

E à Julia Kaddis, que foi a minha fonte de inspiração para o início do trabalho.

*Quem defende o direito das crianças diferentes? Os direitos do menino que adora se vestir de rosa? Da menina que sonha em se casar com a sua melhor amiga? Os direitos da criança queer, bicha, sapatão, transexual ou transgênero? Quem defende o direito da criança a mudar de gênero, se for da vontade dela? Os direitos das crianças à livre autodeterminação de gênero e de sexualidade? Quem defende os direitos da criança a crescer num mundo sem violência sexual ou de gênero?*

Paul Beatriz Preciado

# POSSÍVEIS DESAFIOS ENFRENTADOS POR CRIANÇAS COM VARIABILIDADE DE GÊNERO: o papel da Psicologia.

Aluna: Catalina Egger Desfontaine

Orientador: Plínio de Almeida Maciel Jr.

2022

## RESUMO

O presente trabalho buscou identificar e discutir a compreensão de algumas profissionais de psicologia quanto à situação de crianças que expressam variabilidade de gênero ao longo da infância. Considerando a importância da discussão do tema, o trabalho buscou, a partir de uma pesquisa na literatura que se tem atualmente acerca das transgeneridades e da identidade de gênero na infância, e a partir da realização de entrevistas, compreender o papel da psicologia frente a esta temática. Dessa forma, a primeira etapa do trabalho consistiu em uma revisão da literatura, com base em pesquisas realizadas a partir de 2009 na perspectiva da transgeneridade e variabilidade de gênero na infância. Para a segunda etapa do trabalho, foram realizadas cinco entrevistas com psicólogas de diferentes áreas de atuação com o público infantil, para se ter uma dimensão mais ampla da discussão da variabilidade de gênero na psicologia. Antes do início de cada entrevista, foi apresentado um vídeo sobre uma criança trans como material disparador onde são apresentadas alguns das dificuldades vividas pela menina. Finalmente, foram realizadas análises dessas entrevistas visando discutir alguns dos desafios que crianças com variabilidade de gênero podem vir a enfrentar de acordo com a compreensão das participantes entrevistadas e dos textos lidos para a elaboração do trabalho. Como resultado das análises, foi possível identificar o ambiente escolar e familiar como principais vetores de desafios para as crianças com variabilidade de gênero, e foi também constatado um despreparo por parte dos profissionais da psicologia, denunciando a urgência de se contemplar essa discussão nos cursos de formação em Psicologia. O principal papel da psicologia, é, portanto, realizar cada vez mais estudos e pesquisas referentes à variabilidade de gênero na infância sob formas de entendimento não reprodutoras de concepções cisheteronormativas, visando oferecer apoio tanto para as crianças como para os adultos envolvidos nas relações de cuidado diário com elas.

**Palavras-chave:** identidade de gênero, variabilidade de gênero, desenvolvimento infantil

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	8
<b>2. SOBRE GÊNERO</b> .....	11
<b>2.1. A transgeneridade na infância</b> .....	11
<b>2.2. Desafios sociais para crianças com variabilidade de gênero</b> .....	15
<b>2.3. O que a Psicologia tem a falar sobre crianças com variabilidade de gênero?</b> .....	24
<b>3. OBJETIVO</b> .....	27
<b>4. MÉTODO</b> .....	28
<b>4.1. Participantes</b> .....	28
<b>4.2. Instrumento</b> .....	29
<b>4.3. Cuidados éticos</b> .....	29
<b>4.4. Procedimento de análise de dados</b> .....	29
<b>5. SÍNTESE DAS ENTREVISTAS</b> .....	32
<b>5.1. Patrícia</b> .....	32
<b>5.2. Fernanda</b> .....	33
<b>5.3. Renata</b> .....	34
<b>5.4. Suzana</b> .....	34
<b>5.5. Ana</b> .....	35
<b>6. ANÁLISE DAS ENTREVISTAS</b> .....	36
<b>6.1. Desafios no ambiente escolar</b> .....	36
<b>6.2. Desafios na família</b> .....	41
<b>6.3. Desafios na psicologia</b> .....	46
<b>6.4. O papel da psicologia</b> .....	50
<b>7. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	59
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	63

<b>APÊNDICE</b> .....	66
<b>1. Roteiro para a Entrevista</b> .....	66

## 1. INTRODUÇÃO

A transgeneridade é um dos termos implicados na sigla LGBTQIA+ que é alvo de críticas, devido às concepções culturais e históricas acerca do papel e identidade de gênero. Até a atualidade, os papéis de gênero são estabelecidos desde o nascimento, a partir de padrões de comportamentos e interesses. Entretanto, com o fortalecimento de movimentos feministas e da luta LGBT, ocorreu uma abertura para o questionamento de tais modelos sociais, à medida que os discursos das minorias dentro dos grupos LGBT foram conquistando seu espaço e, com isso, suas trajetórias de vida foram sendo mais conhecidas.

Com a ampliação dos discursos nas lutas sociais, são necessárias atualizações dos termos e dos estudos, para aproximar-se cada vez mais de uma ciência que inclua as minorias. Estudos acerca da população transgênera seria um dos exemplos, uma vez que a discussão acerca da despatologização das identidades não-cisgêneras<sup>1</sup> é ainda recente e elas ainda são consideradas tabu em muitas sociedades.

Para a realização do presente trabalho, inicialmente foi colocado como título: “possíveis desafios no desenvolvimento egóico de uma criança transgênero”, e, após algumas reflexões acerca das identidades trans, consideramos importante mudar o título para **crianças com variabilidade de gênero** e, ao invés de pensar no desenvolvimento egóico, nos aproximarmos mais do papel da psicologia nos possíveis desafios sociais vividos por tais crianças.

Em seu trabalho de mestrado, Sofia Favero (2020) discute a maneira como crianças trans são definidas, sendo este um caminho delicado que pode eventualmente esbarrar em uma forma de patologização da identidade da criança em plena construção. Seguindo essa perspectiva, poderíamos afirmar que todo adulto trans foi definitivamente uma criança trans? Ou falaríamos que uma criança se desenvolve como cis ou trans ao longo de sua vida?

Para essas perguntas ainda não se têm respostas definitivas e diversas teorias apresentam argumentações distintas. Entretanto, esse trabalho não visa excluir nenhuma infância ou forma de

---

<sup>1</sup> Em estudos de gênero, a cisgeneridade é a condição da pessoa cuja identidade de gênero corresponde ao gênero que lhe foi atribuído no nascimento.

desenvolvimento infantil, pois entende que cada criança é única no seu desenvolvimento e na sua vida.

Assim, o trabalho busca discutir a variabilidade de gênero na infância, já que esse conceito incluiria todas as crianças que, através de comportamentos e desejos, são dissidentes do modelo hegemônico heterocisnormativo. Nesse caso, fazem parte do grupo de crianças com variabilidade de gênero as crianças transgêneras e outras que não se identificam com o modelo heterocisnormativo, mesmo que posteriormente não se identifiquem como trans. Nas palavras de Souza, Salgado e Magnabosco (2018), as infâncias que procuro abordar neste trabalho são,

aquelas que, nas suas inventividades, rompem a linha reta do tracejado da vida, escrevendo por “linhas tortas” outras possibilidades de ser (...). São infâncias cujos corpos, desalinhados e à espreita embaralham o tracejado da heteronormatividade e alteram a rota dos processos de feminilidade e masculinidade obrigatórios programados pela narrativa do desenvolvimento. (SOUZA; SALGADO; MAGNABOSCO, 2018, p. 163)

Acredita-se que a identidade de gênero se desenvolve desde a infância e, por isso, uma criança pode desenvolver sua identidade com um gênero diferente daquele designado no seu nascimento. Segundo Hercowitz e Santos (2021, p. 116),

A identidade de gênero é percebida por crianças durante a sua primeira infância. Entre 2 e 3 anos de idade já são capazes de diferenciar homens e mulheres e de se identificar com um ou outro, não sendo raros relatos de crianças que com essa idade demonstram sentir que não pertencem ao gênero atribuído a elas no nascimento. (HERCOWITZ; SANTOS, 2021, p. 116)

Ainda assim, discutir a identidade de gênero na infância gera polêmicas, uma vez que, segundo Souza, Salgado e Magnabosco (2018),

assumida como “origem”, a infância é tomada como uma personagem central dessa retórica do desenvolvimento, por sua condição de anúncio da vida, dos primeiros passos, da escalada da existência, sustentada historicamente pela ideia de vulnerabilidade e inocência. (SOUZA; SALGADO; MAGNABOSCO, 2018, p. 151)

Ao considerar a infância como uma fase da vida invadida pela inocência e vulnerabilidade, a fala sobre o que é apropriado para as crianças passa a vir dos adultos, que, por sua vez, no discurso de protegerem as crianças, muitas vezes as restringem e buscam inscrevê-las no modelo de correspondência “sexo-gênero” (SOUZA; SALGADO & MAGNABOSCO, 2018).

Além disso, Favero (2020) questiona a presença de discussões sobre identidade de gênero na infância no âmbito da clínica, sendo muitas vezes uma preocupação dos profissionais da saúde destinada somente a responder sobre a existência ou não de crianças trans.

Nesse sentido, os autores previamente citados retratam a importância de se discutir a identidade de gênero como uma possibilidade de descoberta na vida das crianças, sem restrições do que é ou não é, se existem crianças cis e trans e, muito menos, compreendê-las como desviantes da norma. Ao longo da realização desse trabalho, tive a possibilidade de estudar autores que discutem a liberdade e autonomia que as crianças devem ter para ir e vir, para se desenvolverem da maneira que desejarem, com a possibilidade de fluírem e experimentarem seus prazeres.

Dessa forma, no presente trabalho, são levantadas considerações acerca da identidade de gênero na infância, dos desafios enfrentados pelas crianças com variabilidade de gênero e, com a realização de entrevistas, é discutido o papel da psicologia. Inicialmente, o trabalho seria realizado com um recorte teórico da Psicologia Analítica. Entretanto, compreendi a necessidade de abordar a temática na psicologia como um todo, uma vez que a variabilidade de gênero deve ser discutida e refletida na multiplicidade da ciência psicológica, e não somente em uma abordagem específica.

Assim, a pesquisa reflete sobre o que foi feito na psicologia acerca da temática até a atualidade e, a partir da discussão das reflexões apresentadas pelas psicólogas nas entrevistas realizadas, é analisada a importância da continuidade de estudos para um trabalho mais inclusivo com a população. Por isso, o trabalho aqui realizado busca contribuir não só com a população com variabilidade de gênero, mas com a população geral. Ao estudar os desafios enfrentados pela população trans ou com variabilidade de gênero em um espaço LGBTfóbico, desvendamos novas possibilidades de trabalho em diferentes contextos, para que esses desafios sejam diminuídos e a discriminação e a violência sejam combatidas.

Vale ressaltar que, por serem estudos recentes acerca da variabilidade de gênero na infância que foram buscados a partir do critério de adoção de uma perspectiva não-patologizante das identidades de gênero, pouca literatura foi encontrada até o momento. Isso retrata como esse tema ainda é pouco explorado no âmbito da pesquisa científica, e parece que ainda mais quando articulado à infância.

## 2. SOBRE GÊNERO

### 2.1. A transgeneridade na infância

Na realização do trabalho, o título passou por diversas mudanças conforme foi sendo realizada a revisão bibliográfica acerca de estudos de gênero, particularmente das vivências infantis atreladas às denominadas “identidades não-normativas de gênero”. Inicialmente, a proposta era debater a transexualidade na infância, em seguida, a transgeneridade na infância, e, finalmente, o tema passa a ser crianças com variabilidade de gênero. Essa mudança se deve à compreensão de que a identidade de gênero é construída ao longo de nossas vidas, conforme nossa constituição subjetiva, e, conforme a literatura, suas expressões são diversas. Nesse sentido, não seria lógico discutir exclusivamente ou pontualmente infâncias transexuais ou transgêneras.

Acerca desse debate, torna-se muito complexo definir o que vem a ser uma “infância trans”<sup>2</sup>, uma vez que cada criança se constitui de maneira única, experimentando ou não os estereótipos atrelados aos diferentes gêneros. Considerando o gênero como uma construção social e cultural, percebemos que cada criança vai organizar sua identidade de gênero em relação ao modo como as vivências e expressões de gênero vão ser apresentadas e experimentadas em sua vida. A partir disso, o que seria uma criança trans ou com variabilidade de gênero?

Para poder realizar qualquer forma de definição, seria necessário distinguir alguns conceitos fundamentais, como os de sexo e gênero. No geral, quando se fala de sexo biológico, se faz referência à caracterização dos seres vivos a partir de certos aspectos físicos, e, em humanos, esta referência também se atrela aos cromossomos, hormônios e genitália. Segundo Ciasca et. al. (2021, p. 14) “há, portanto, vários sexos: cromossômico, genital, gonadal, fenotípico e cerebral. Na sociedade, quando se fala sobre sexo biológico, geralmente está se referindo ao sexo genital”. Assim, segundo os autores, no senso comum a designação do sexo é atribuída a partir da genitália e diversas características pertencentes a ele são desconsideradas. Além disso, e também sob a

---

<sup>2</sup> Importante justificar que a adoção de termos como “infância trans”, “criança trans” e outros análogos ao longo deste trabalho se deve ao fato de que a literatura científica ainda faz uso destes diferentes termos sem chegar a um consenso. Como foi dito, “infância ou criança com variabilidade de gênero” tem sido mais recentemente adotado, mas ainda há trabalhos que se utilizam daqueles termos para tratar do tema. Portanto, o trabalho reflete sem dúvida essa diversidade terminológica que ainda é adotada. Os termos referidos pelas autoras e autores citados são aqueles que em cada parte do trabalho serão adotados em respeito aos artigos e trabalhos referidos.

perspectiva do senso comum, o gênero passa a ser diretamente associado ao sexo biológico, restringindo-se, portanto, a identidade de gênero de uma pessoa à sua genitália.

No âmbito da discussão teórica, o gênero, diferentemente do sexo biológico, possui uma dimensão social, referindo-se a aspectos culturais, históricos, papéis sociais e experiências pessoais. Os papéis sociais de gênero são construídos no contexto de uma estrutura de poder que considera a masculinidade superior à feminilidade, e que estas são as únicas opções de gênero e de papéis possíveis na sociedade.

BENTO (2011) defende que o gênero se produz por tecnologias antes mesmo do nascimento da criança, alegando que através dos exames pré-natais já se sabe a genitália da criança e, a partir dela, se constrói uma “rede de desejos e expectativas para seu futuro” (p. 550). Nesse sentido,

O original já nasce “contaminado” pela cultura. Antes de nascer, o corpo já está inscrito em um campo discursivo. A interpretação “é um/a menino/a” não apenas cria expectativas e gera suposições sobre o futuro daquele corpo que ganha visibilidade através dessa tecnologia, seus efeitos são protéticos: faz corpos. O gênero, portanto, é o resultado de tecnologias sofisticadas que produzem corpos-sexuais. (BENTO, 2011, p. 550)

Há, também, outro constructo social a partir do gênero: a sua expressão. A expressão de gênero se dá a partir da forma pela qual a pessoa deseja se expressar ao mundo, a partir de sua identificação pessoal. A pessoa pode vir a expressar-se com o seu próprio gênero de identificação, com um gênero diferente, com uma expressão neutra e com uma não-binaridade (CIASCA et al., 2021, p. 14).

Embora a constituição da identidade de gênero se relacione com as injunções e pressões sociais, ela é elaborada pelas pessoas também a partir de suas relações e vivências. Nesse sentido, a identidade de gênero, ao ser desenvolvida pela pessoa, implica uma identificação total ou parcial com o gênero designado no início da vida (a partir do sexo biológico). Há pessoas que se identificam com o gênero designado no nascimento (pessoas cisgêneras ou cis) e pessoas que não se identificam parcial ou totalmente com o gênero designado (pessoas transgêneras ou trans e pessoas intersexuais). Nesse sentido, quando o termo trans é utilizado, refere-se à população transgênera, que engloba diferentes identidades de gênero como: não-binária, transexual, travesti, gênero fluído, entre outros.

Segundo Ciasca et al., (2021, p. 39) “a construção da identidade de gênero não é inteiramente conhecida, mas sabe-se que resulta da interação de fatores biológicos, psicológicos e socioculturais”. Assim, a identidade de gênero apresenta um caráter complexo, além de ser totalmente pessoal. Isso justifica a necessidade de dar um espaço para a pessoa construir a sua própria identidade, ao invés de defini-la a partir de uma característica física. Acerca dos aspectos psicológicos, os autores consideram que

[...] se referem aos processos de integração e envolvimento de instâncias, como pensamentos, emoções, sentimentos, atitudes, fantasias e tendências. Eles se desenvolvem a partir da aquisição de conhecimentos, internalização de experiências de socialização, vivências com o corpo, prazer e desprazer e com os padrões culturais, dentre outros. (CIASCA, et al., 2021, p. 42)

Na infância, a identidade de gênero costuma ser experimentada e variada, internalizando aos poucos as experiências e definindo-se cada vez mais. Por isso, uma criança trans pode vir a experimentar uma variabilidade de gênero, tanto na sua expressão quanto na maneira como fala que se identifica. Por isso, Ciasca et al. (2021, p. 43) ressaltam que

A compreensão que crianças trans têm a respeito do próprio gênero é semelhante ao de crianças cis, incluindo a experimentação de papéis de gênero ao longo de seu desenvolvimento. Brincar com jogos estereotipadamente atribuídos ao outro gênero, usar roupas e fantasias independentemente do gênero faz parte do universo infantil, lúdico, dos sonhos e fantasias pueris e não cristaliza nenhuma identidade de gênero nas crianças. Sendo assim, as crianças devem ser ouvidas nas suas demandas, nas suas queixas e acolhidas nas suas reivindicações, pois esse mecanismo poderá resultar em adultos menos estereotipados e que possam vier mais de acordo com suas próprias convicções. (CIASCA et al., 2021, p. 43)

Ou seja, não poderíamos dizer que uma criança é trans por experimentar papéis de gênero, já que a experimentação é natural de qualquer infância e não tem relação com a identidade em si. Entretanto, em uma sociedade binária, a definição das preferências da criança em relação a roupa, brinquedo, cor e comportamento já é estabelecida antes mesmo de a criança desenvolver um senso de identidade. Nesse sentido, “conforme crescemos, somos direcionados a acreditar que homens são de um jeito e mulheres de outro, formando, assim, uma ‘identidade sexuada’” (SAADEH, 2017, p. 377). O papel social acaba trazendo grande influência na constituição da criança, pois esta passa a receber as orientações do que é certo ou errado conforme as crenças de seu ambiente de convívio.

Como o papel social traz uma influência na expressão de gênero e como as crianças são inseridas em um mundo onde se define a expressão *correta* para o gênero que se foi atribuído no nascimento, Bento (2011) explica como o gênero só existe devido a essas construções.

Reiterar significa que é através das práticas, de uma interpretação em ato das normas de gênero, que o gênero existe. O gênero adquire vida através das roupas que compõem o corpo, dos gestos, dos olhares, ou seja, de uma estilística definida como apropriada. São esses sinais exteriores, postos em ação, que estabilizam e dão visibilidade ao corpo. Essas infundáveis repetições funcionam como citações, e cada ato é uma citação daquelas verdades estabelecidas para os gêneros, tendo como fundamento para sua existência a crença de que são determinados pela natureza. (BENTO, 2011, P. 553)

Nesse sentido, o gênero só tem espaço se for o masculino para crianças que nasceram com pênis e feminino para as crianças com vagina. E ainda com essa construção, se estabelece quais expressões são as adequadas, trazendo uma naturalização daquilo que é, na verdade, um constructo social.

Entretanto, a definição da transgeneridade na infância ainda não foi feita, uma vez que, até o momento, foram apresentados somente os conceitos básicos de gênero e sexo. Favero (2020) busca discutir a definição de crianças trans em sua dissertação a partir de sua história pessoal e da articulação entre saberes biomédicos e ativistas.

No que se discute dos saberes biomédicos, a autora apresenta o trabalho realizado pelas profissões *psis* (psicologia, psiquiatria ou outras profissões da saúde mental) e por algumas especializações médicas como endocrinologia e pediatria. Nessas profissões, há uma tendência em ir atrás de definições a partir de diagnósticos, que, além de carregarem um estigma de doença, são realizados por uma pessoa externa, objetificando o sujeito que está na clínica. Sobre isso, Favero discute que,

a dedução de que psicólogos e psiquiatras são aqueles que podem dizer algo sobre uma infância aparentemente marcada pela transexualidade cumpre uma dupla função: ao passo que promove uma compreensão de “boas práticas” no manejo com crianças trans, ou seja, deve-se levá-las ao lugar que trabalham os que sabem o que fazer com elas, também indica que meninos e meninas não possuem condição de sujeito, sendo, dessa forma, incapazes de certificar algo por conta própria, necessitando de aval (oriundo de uma certa expertise) para terem suas vozes escutadas. Sem o especialista, a família e a produção nosológica, parecem-nos difícil para uma infância que ela tenha sua transexualidade reconhecida. (FAVERO, 2020, p. 169)

Dizer que uma criança é trans a partir de um diagnóstico externo retira da criança a liberdade de construir sua própria visão de mundo e de si. O desafio se dá quando uma criança ou até mesmo um adulto deseja receber atendimento em um ambulatório ou outro serviço de saúde do SUS: eles precisam ir atrás de um diagnóstico psiquiátrico. Por isso, Favero (2020) apresenta algumas questões: "por que é preciso que um sujeito "de fora" permita que a criança possa falar como se identifica? Aliás, se ela pode mesmo falar isso, por que tal autonomia só é permitida quando ela alcança a puberdade? É um paradoxo" (p. 165).

Assim, se a pergunta inicial for retomada – acerca da definição da transgeneridade na infância – seria necessário considerar a própria definição da criança, para evitar o reducionismo de um olhar exclusivamente biomédico. Além disso, se uma criança não se definir como trans, mas apresentar questões ligadas ao gênero, esta deverá ter o mesmo espaço de acolhimento que qualquer outra criança, sem se restringir a uma nomenclatura técnica.

## **2.2. Desafios sociais para crianças com variabilidade de gênero**

Por decorrência de um ambiente binário e sem espaço para a experimentação do gênero, as crianças se desenvolvem com restrições e regras na forma de se comportar e de conhecer o mundo. Para as crianças que apresentam variabilidade de gênero, as dificuldades podem ser intensas e sofridas. Hercowitz e Santos (2021, p. 116) reforçam que,

mesmo familiares que aceitem esse comportamento, muitas vezes só permitem a livre expressão do gênero sentido dentro de casa, seja por vergonha e/ou por proteção. Quando a família aceita e assume a transexualidade de seu filho, todos passam, juntos, a enfrentar as diversidades do mundo externo. Agregar escola, comunidade, centro religioso, esportivo, amigos e familiares na compreensão e aceitação de uma criança trans exige um grande esforço conjunto. (HERCOWITZ; SANTOS, 2021, p. 116)

Schnarrs et al. (2019) realizaram um estudo nos Estados Unidos avaliando o grau de experiências adversas na infância (EAI ou ACEs em inglês) em adultos cis e transgêneros. As experiências caracterizavam-se em estresse ou trauma infantil, através de negligência, abuso e falta de cuidado no ambiente doméstico. O estudo buscou comparar 477 sujeitos LGBT residentes em San Antonio, Texas, com o objetivo de identificar diferenças entre experiências adversas na infância nos participantes cis e trans.

Os pesquisadores identificaram um maior sofrimento mental na população trans do que na cis, devido a questões sociais. A partir da comparação das EAI, os resultados indicaram que os sujeitos trans apresentaram mais relatos de situações traumáticas quando crianças, principalmente pela não aceitação parental. As situações traumáticas relatadas consistiram sobretudo em abuso e negligência física e emocional (SCHNARRS et al., 2019, p. 3).

Considerando os impactos negativos na saúde mental da população transgênera adulta a partir das discriminações sociais, o estudo afirma que experiências adversas na infância aumentam o risco de um sofrimento psíquico grave na vida adulta. Uma vez que grande parte dos relatos de EAI se deram no ambiente familiar, os pesquisadores sugerem que um maior apoio nesse núcleo poderá reduzir o sofrimento psíquico no desenvolvimento adulto (idem, 2019).

Novo (2021) realiza uma reflexão antropológica das influências culturais que permeiam as famílias com crianças que apresentam uma variabilidade de gênero. Em seu trabalho, se aproxima mais de uma camada de famílias que buscam atendimento “médico-psi” como uma forma de explicação do que está acontecendo com suas crianças “desviantes”.

Crianças que expressam preferências por roupas, brinquedos e comportamentos considerados inadequados para seu gênero provocam inquietação e reação dos adultos ao seu redor, pois desafiam o alinhamento desejado e esperado entre sexo e gênero para a produção de homens e mulheres como duas categorias distintas, opostas e complementares de pessoas. Ao fazê-lo, tensionam também o que se entende e se espera de uma infância "normal", em que "meninos vestem azul e meninas vestem rosa", ou seja, onde crianças são passivamente socializadas para aprender normas de gênero que seriam apenas a expressão cultural de diferenças pretensamente naturais entre os sexos. (NOVO, 2021, p. 320)

Os pais podem vir a pensar que as crianças são “desviantes” por saírem do modelo social esperado, algo que pode então vir a trazer frustrações e quebras de expectativas. A família se apresenta como uma estrutura repleta de ideais sociais, que são passados a cada geração e de expectativas sobre as gerações novas. Por isso, essas mudanças das crianças assustam os que se mantêm na norma binária: menino-azul e menina-rosa.

Outro ambiente que pode vir a ser desafiador na infância com variabilidade de gênero é o escolar. Segundo Bento (2011),

A produção de seres abjetos e poluentes (gays, lésbicas, travestis, transexuais, e todos os seres que fogem à norma de gênero) e a desumanização do humano são fundamentais para garantir a reprodução da heteronormatividade. A escola é uma das instituições centrais nesse projeto. (BENTO, 2011, p. 554)

Portanto, para a manutenção do projeto heteronormativo faz-se necessário e útil manter o modelo normativo de gênero e de orientação sexual no ambiente escolar, já que este se torna um espaço de construção de sujeitos para a sociedade. Ou seja, ensinar as crianças desde pequenas o que seria “adequado” para se tornarem adultos “funcionais” na sociedade é reproduzir e sustentar a heterocisnormatividade.

Em um estudo realizado em 2009 para a organização de educação de Gays, Lésbicas e Héteros (GLSEN) nos Estados Unidos (GREYTAK; KOSCIW; DIAZ, 2009), foram pesquisados os possíveis desafios que alunos transgêneros enfrentavam no ambiente escolar, devido a pressões de padrões de gênero. Para isso, foram coletados relatos de jovens transgêneros de 13 a 20 anos em todo o país. Na pesquisa, foram analisados diferentes enfrentamentos dos adolescentes nas escolas tais quais o uso de linguagem transfóbica, tipos de agressões sofridas pelos adolescentes, o impacto do ambiente hostil na educação e a iniciativa da escola para enfrentar os desafios.

A maioria dos adolescentes transgêneros (65%) não se sentia segura no ambiente escolar pela sua expressão de gênero. A insegurança era consequente aos tipos de assédios sofridos na escola: 87% sofreram assédio verbal, 53% sofreram algum tipo de agressão física leve (empurrões) e 26% agressão física grave (golpes e lesões com objetos cortantes), por conta de sua expressão de gênero.

No mesmo estudo, fizeram um levantamento em relação aos adolescentes que ‘saíram do armário’ para a equipe acadêmica (66%) e os que contaram para poucas pessoas (45%). Os jovens que eram abertos com a sua expressão de identidade para os profissionais se sentiam mais pertencentes ao ambiente escolar do que os que contaram para poucas pessoas da equipe acadêmica.

De maneira geral, o estudo identificou, através de levantamento de relatos, o ambiente escolar como um ambiente hostil para muitos jovens transgêneros. Ao invés de ser um espaço aberto para a socialização e desenvolvimento da personalidade, o estudo detectou diferentes tipos de agressões em relação aos adolescentes transgêneros.

Os jovens que não se identificam com o gênero designado no nascimento são colocados em uma situação marginalizada comparada aos adolescentes cisgêneros, e, como consequência, não

ganham espaço para expressar sua identidade. Já os que conseguiram se expressar com a sua identidade de gênero para a equipe acadêmica relataram maior segurança no ambiente escolar.

Em 2019, o estudo da mesma organização (GLSEN) em parceria com a fundação Todo Mejora, foi expandido para os seguintes países Latino-Americanos: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México, Peru e Uruguai. Nesse estudo, o ambiente escolar foi investigado sob a perspectiva de estudantes LGBTQ (KOSCIW; ZOGRONE, 2019).

A estratégia adotada pelos pesquisadores foi a disponibilização de fóruns online para adolescentes entre 13 e 20 anos. Como resultado, obtiveram 5.318 respostas. A pesquisa avaliou a segurança escolar, expressões lgbtfóbicas, assédios e agressões na escola e o efeito do ambiente hostil para os estudantes.

Em relação à segurança, de 32,4% a 62,7% dos jovens não se sentiam seguros devido à sua expressão de gênero e evitavam alguns espaços da escola, como banheiros, vestiários e ginásios. Em todos os países da pesquisa, os jovens ouviam frequentemente comentários discriminativos sobre sua expressão de gênero, tanto de outros estudantes da escola, quanto da equipe acadêmica (48,5% a 80,4%).

Em relação às agressões sofridas no ambiente escolar devido à expressão de gênero, foram obtidos os seguintes resultados: a maioria dos jovens sofreu algum assédio verbal (58,2% - 70,8%); entre 24,5% e 42,5% dos jovens sofreram algum tipo de agressão física leve (empurrões) e mais de um décimo (10,3% a 15,2%) sofreram uma agressão física grave (golpes ou lesões com objetos cortantes).

Nesse estudo não foi feita a separação entre as categorias LGBTQ para a violência. Entretanto, todos os dados citados referem-se à variabilidade de gênero. É notória a hostilidade presente no ambiente escolar, fato que agrava o desenvolvimento psicossocial na juventude.

Ambas as pesquisas refletem a vulnerabilidade a que os jovens LGBTQ são expostos no ambiente escolar. Com tamanha hostilidade, os jovens podem ter impactos graves na sua educação, uma vez que as condutas hostis não partem exclusivamente dos alunos, mas também dos profissionais da escola. E, como consequência, estes são colocados em uma situação de sofrimento psíquico intenso, devido ao despreparo das escolas para lidarem com a LGBTQfobia.

Um fator que reforça a LGBTQfobia é a invisibilização das variabilidades de gênero e sexualidade, potente mecanismo que mantém qualquer sujeito fora do modelo heterocisnormativo como um estranho. Bento (2011) reforça que tais mecanismos de invisibilização fariam parte de um “heteroterrorismo”, pois são criadas agressões contra as pessoas para poder apagar os comportamentos e expressões que não cabem no modelo heterocisnormativo.

As reiterações que produzem os gêneros e a heterossexualidade são marcadas por um terrorismo contínuo. Há um heteroterrorismo a cada enunciado que incentiva ou inibe comportamentos a cada insulto ou piada homofóbica. (...) Essas verdades são repetidas por diversos caminhos, por várias instituições. A invisibilidade é um desses mecanismos, e quando "o outro", "o estranho", "o abjeto", aparece no discurso é para ser eliminado. (BENTO, 2011, p. 552)

A partir de tais pesquisas, percebe-se a frequência de discriminações que a população trans pode sofrer ao longo de sua vida e em particular na sua infância. Dentre as múltiplas formas de discriminações, há também a discriminação social com o corpo. A psicanalista Leiras (2017) busca, discutir a vulnerabilidade dos corpos na sociedade contemporânea e dos mecanismos de onipotência encontrados como tentativa de enfrentamento. Para a compreensão de uma população transexual, é necessário perceber uma maior exposição à vulnerabilidade social, afetando diretamente nos seus corpos e, como tentativa de enfrentamento, há uma busca por mecanismos de transformação corporal na adolescência e vida adulta, através de hormonização e cirurgias.

Ao considerar o contexto histórico ocidental, a autora discute a incidência de dominação de um corpo sobre o outro, principalmente através de discriminações raciais e de gênero. O corpo branco, cis e masculino ocupou uma posição superior aos outros corpos, aproximando-se da divindade. Já corpos negros, femininos e/ou trans foram marginalizados e colocados como inferiores, sem espaço de subjetividade. A autora apresenta então a visão de Freud sobre o corpo como simbólico, fruto de um conflito entre instintos inconscientes e a cultura. E, em seguida, apresenta a visão de Foucault, com a perspectiva do poder existente sobre o corpo, como algo intrínseco na subjetividade dos indivíduos, e que, através de normatizações, adequam o corpo ideal para a sociedade (LEIRAS, 2017).

A leitura desses autores e a contextualização histórica ocidental permite a compreensão da dimensão do problema de vulnerabilidade dos corpos, uma vez que, na presença de corpos superiores, outros ficam inferiores e expostos a uma vulnerabilidade social. A violência simbólica

no corpo negro, trans, feminino e no corpo infantil permite um ataque não só no próprio corpo material, mas também na subjetividade e no senso de identidade. Por isso, a autora discute que,

A busca frenética por transformações, que não são necessariamente metabolizadas pelo desejo - ou nas quais é difícil distinguir o desejo ligado à vida e ao processamento subjetivo -, pode ser frequentemente pensada em relação a desejos autodestrutivos ligados à violência social. (LEIRAS, 2017, p. 355)

É necessário, portanto, fazer a distinção entre o que é um desejo da pessoa e o que é desejado através de uma violência social que ataca diretamente a subjetividade da pessoa. O corpo trans, em sua história, é exposto à inúmeras situações de violência, até mesmo com risco de morte. Percebe-se que a violência não é somente na idade adulta, mas já na infância, quando a criança não tem a sua expressão de gênero permitida. Assim, a psicanalista sugere que “talvez a dor física e os riscos envolvidos sejam substitutos para a impossibilidade de processamento da dor psíquica que deriva do mal-estar entre sujeito e sociedade.” (idem, 2017 p. 357)

Se considerarmos o corpo entrelaçado com a psique, compreendemos que as vulnerabilidades sociais estão diretamente ligadas ao sofrimento psíquico. Na medida em que o corpo é por um lado sensorial em contato com o mundo externo e, por outro lado, é também simbólico, podemos beneficiar-nos da psicologia como interpretação da linguagem do sofrimento que se expressa na pele.

Até o momento, foram encontradas poucas referências na literatura com temas de variabilidade de gênero, sobretudo na infância. Há, todavia, uma tendência a pesquisas considerarem a população não-cis como patológica. Até pouco tempo atrás eram utilizados termos como ‘transexualismo’ e ‘transtorno de identidade de gênero’, colocando a população como adoecida mentalmente e abrindo espaço para “terapias de reversão”<sup>3</sup>.

Atualmente, utiliza-se o conceito de disforia e incongruência de gênero na psiquiatria com diferentes propósitos. A disforia diz respeito a um sentimento de sofrimento, angústia e desamparo, e, quando há disforia de gênero, a perturbação se dá por conta do gênero e do senso de identificação. Segundo Ciasca e Gagliotti (2021), a disforia é usada no Manual Diagnóstico e Estatístico de

---

<sup>3</sup> Algo em relação ao qual o Conselho Federal de Psicologia brasileiro se posiciona claramente contrário em sua Resolução nº 01/99.

Transtornos Mentais (DSM-5), desenvolvido pela Associação Americana de Psiquiatria (APA) “para definir o profundo incômodo e a perturbação sintomática em diversas esferas da vida, relacionados à não identificação de uma pessoa com o gênero que lhe foi designado ou reconhecido ao nascimento” (CIASCA; GAGLIOTTI, 2021, p. 427).

Já a incongruência de gênero é um termo utilizado para referir-se à pessoa que não se identifica com o gênero, e que não necessariamente tenha algum sofrimento com isso. A proposta de se ter um diagnóstico para a incongruência é de ser utilizada pelos profissionais para, segundo Ciasca e Gagliotti (2021, p. 428),

produzir dados sobre as intervenções de cuidados em saúde, incluindo assistência em saúde mental, hormonização e a realização de cirurgias, além de proporcionar uma uniformização da linguagem para uso internacional, em sistemas de remuneração e financiamento, levantamentos estatísticos e pesquisas. (CIASCA; GAGLIOTTI, 2021, p. 427)

As mudanças na nomenclatura são importantes para evitar algum tratamento inadequado e patologizante pelos profissionais da saúde, e para permitir um acolhimento adequado. Entretanto, as mudanças são recentes e, no Brasil, o termo de incongruência de gênero ainda não é utilizado, pois a CID-11 não está traduzida para o português, sendo então utilizado o termo “transtorno de identidade sexual”, presente na Classificação Estatística Internacional de Doenças (CID-10) (SAULO; GAGLIOTTI, 2021, p. 428).

Desde 1980, manuais e documentos internacionais norteadores da prática médica trazem categorias etiológicas para situar expressões de conflitos identitários com as normas de gênero entre crianças, classificando-as como transtornos de identidade. Atualmente, o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V) da Associação Americana de Psiquiatria (APA) trabalha com a categoria de Disforia de Gênero na Infância, que, em tese, deixa de localizar o problema no comportamento de gênero tido como desviante para situá-lo no sofrimento psíquico da experiência de “disforia”. Já o CID-10 da OMS ainda se refere a Transtorno de Identidade de Gênero na Infância, mas vimos que sua 11ª revisão introduzirá mudanças nas classificações vigentes. Uma nova categoria diagnóstica, a Incongruência de Gênero na Infância, será incluída no capítulo intitulado “Condições relativas à saúde sexual”. (NOVO, 2021, p. 327)

Entretanto, Favero (2020) problematiza que "ao deixar de considerar a transexualidade como um transtorno psíquico, aparentemente deslocando-a para um capítulo acerca da saúde sexual, permanece-se reiterando a transexualidade enquanto tema de consultório" (p. 160). Deslocar o conceito da transexualidade na Classificação Estatística Internacional de Doenças (CID)

para outro capítulo não seria uma mudança suficiente, pois mantém a visão da identidade como doença. A autora então, faz a seguinte provocação,

Talvez a pergunta a ser feita seria se faz sentido um diagnóstico de heterossexualidade na infância, ou quem sabe um diagnóstico de cisgeneridade na infância, mas isso seria ilógico, uma vez que o que importa não é compreender os modos de produção de desigualdade a partir dos marcadores sociais da diferença, mas torcer a questão: de que modo essa diferença é patologizada através de condutas que aparecem como bem-intencionadas? Mas o que é ser uma criança trans? Não perguntamos para fortalecer ainda mais um discurso de periculosidade em relação às identidades trans e travestis, como se devêssemos ter cuidado e cautela com uma criança que se diz transexual. A ideia de “precaução” em relação à transexualidade “infantil” é tributária de uma herança médica que compreende o desvio da norma como um perigo. (FAVERO, 2020, p. 159)

Além disso, ao considerar a definição de infância como uma fase da vida na qual a inocência é predominante à autonomia, a voz da criança passa a ser cada vez mais restrita, valorizando mais a fala de adultos especialistas no tema. Nesse sentido, Novo (2021) reforça a delicadeza que existe no uso de diagnósticos e de um olhar médico-psi sobre as crianças, uma vez que o diagnóstico se baseia nas características apresentadas como fora da norma padrão,

Concepções culturais sobre quais comportamentos são normais ou anormais para crianças estão relacionadas às noções de saúde e adoecimento no campo das doenças mentais na infância [...]. Nos casos das classificações médicas para crianças com conflitos identitários com as normas de gênero, há notadamente uma articulação entre concepções de infância, gênero e família construindo crianças “disfóricas” ou “incongruentes”. (NOVO, 2021, p. 327)

Ao considerar a visão da infância como um período em que a inocência predomina, a voz de um especialista passa a ser mais escutada, restringindo o espaço de expressão da criança. Souza, Salgado e Magnabosco (2018) criticam a psicologia do desenvolvimento nesse sentido, por estudar tal momento do ciclo vital como uma “preparação para a vida adulta” e desconsiderarem suas complexidades.

No que diz respeito à infância, o discurso de desenvolvimento consiste em uma narrativa que tem como um de seus efeitos de poder dizer o que ela é, fazê-la existir de uma determinada forma. Reportamo-nos ao discurso do "desenvolvimento humano" que, sob o invólucro da ciência psicológica, produz uma colonização da infância. No entanto, entendemos que o que é regular e normativo não pode ser compreendido sem o seu avesso: a disrupção. Por isso, trazemos também, para o debate, os gêneros e as sexualidades como os pontos que desalinham e embaralham o tracejado da norma. (SOUZA; SALGADO; MAGNABOSCO, 2018, p. 150)

Uma psicologia que restringe seu saber à uma oscilação entre o normal e o anormal mantém o olhar patologizante sobre as crianças e reitera a heterocisnormatividade. Os mesmos autores discutem que,

as habilidades e competências de gênero e sexuais para a garantia da família, do casamento e da procriação são elementos que mantêm as sexualidades, desejos e gêneros numa lógica da heteronorma e da cisgeneridade, perpetuadas com rituais e técnicas que invisibilizam outras possibilidades de existência. (SOUZA; SALGADO; MAGNABOSCO, 2018, p. 161)

Por isso, qualquer forma de existência que se desvia da norma heterocisnormativa deixa de ser válida, desconsiderando inúmeras possibilidades de desenvolvimento infantil. Uma criança que cresce em um ambiente onde até mesmo saberes da saúde não permitem sua existência abre lacunas para um sofrimento de inadequação intenso.

Na mesma linha de pensamento, Novo (2021) discorre sobre “práticas de tutela”, que são aquelas que dependem da voz do outro para existirem, para serem compreendidas. As pessoas trans precisam do diagnóstico dos médicos para poder realizar a transição no Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde<sup>4</sup>, que consiste em acesso a todas as modalidades de saúde, como possibilidade de hormonoterapia e cirurgia de transgenitalização. Esses processos são destinados ao público adulto, sendo que, a partir de 2019, com a Resolução nº 2.265 do Conselho Federal de Medicina (CFM), liberou-se o uso da terapia hormonal a partir dos 16 anos. Já para as crianças, a transição é social, pela mudança de nome, permitindo-se a administração de hormônios com bloqueadores de puberdade somente em hospitais de pesquisa, como o Hospital das Clínicas HC-FMUSP em São Paulo-SP.

Todas essas transições podem ser consideradas como tutelas segundo Novo (2021), pois exigem de um outro o poder de decisão sobre o corpo do sujeito. Quando se trata de crianças, ainda que seja permitido o uso de nome social sem a autorização dos pais (COMISSÃO ESPECIAL DE DIVERSIDADE SEXUAL DO CONSELHO FEDERAL DA OAB, 2013), há o peso da família na tomada de qualquer decisão.

---

<sup>4</sup> A Portaria n. 1.707 institui no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) o Processo Transexualizador no ano de 2008.

Práticas de tutela relacionadas a noções de infância também informam os protocolos terapêuticos. Estes são construídos a partir do entendimento de que a identidade de gênero de uma criança está em processo de desenvolvimento ao longo da infância (Hembree *et al.*, 2009). Assim, crianças não têm legitimidade para afirmar por si mesmas as suas preferências e identificações de gênero ou tomar decisões sobre sua identidade quando esta se contrapõe às normas sociais. Precisam ser acompanhadas e monitoradas por especialistas que possam avaliá-las. Os protocolos podem incluir terapias psicológicas para a criança ou para a família, acompanhamento por uma equipe multidisciplinar de especialistas e, como último recurso, a chamada “transição social”, isto é, a autorização e o suporte para que a criança assuma uma identidade pública no gênero em que se sente mais confortável e com o qual expressa identificação. Essas práticas visam reduzir o sofrimento experimentado pela criança até que os especialistas concluam que o diagnóstico persistirá durante a adolescência até a vida adulta. (NOVO, 2021, p. 328)

É notável como a variabilidade de gênero é alvo de diferentes problemáticas sociais, como a não aceitação familiar, discriminações na escola e a tendência à patologização nas áreas da saúde. Isso acarreta dificuldades na criança de se sentir incluída no mundo e compreendida pelos outros, característica essencial para o seu desenvolvimento.

### **2.3. O que a Psicologia tem a falar sobre crianças com variabilidade de gênero?**

Considerando as (in)definições da transgeneridade na infância, os desafios sociais e a patologização nas áreas da saúde, fica evidente a urgência na discussão acerca do papel da psicologia para crianças com variabilidade de gênero. Isso quer dizer que as construções sobre gênero em um mundo heterocisnormativo precisam ser desconstruídas para podermos compreender as pessoas não-cis.

Favero (2020) discute o papel da clínica frente a tais urgências. Segundo a autora, as práticas clínicas atuais, apesar de trazerem o discurso despatologizante, frequentemente seguem uma lógica biomédica que irá considerar a criança trans somente como um objeto a ser cuidado nas áreas da saúde, e não como um sujeito que precisa ser compreendido principalmente no âmbito social, onde estará submetido a diversas vulnerabilidades decorrentes de um mundo transfóbico.

A partir da interlocução entre discursos ativistas e clínicos, a autora caracteriza respectivamente, de um lado, a preocupação da criança em termos de direitos humanos e, de outro, a necessidade de tratamento precoce para não adoecer no futuro.

Apesar de performarem um "objeto comum" ao falar da criança trans, no momento em que essa fala advém do ativismo o que está sendo falado não é necessariamente

sobre a infância, mas principalmente sobre a violência contra a população trans. Ao passo que, do lado da Saúde, quando a categoria emerge, fala-se na criança como uma pessoa que merece atendimento e intervenção clínica devido a garantias que se destinam à infância. De certa forma, ativistas trans, conforme exibido no mapeamento, estão se envolvendo com o tema "crianças trans" para denunciar um aparato transfóbico que não faz distinção de idade. Falam, sobretudo, da criança que foram um dia. Sob a outra perspectiva, o que está sendo pautado é a alternativa de evitar um possível (e posterior) adoecimento. (FAVERO, 2020, p. 163)

Assim, a urgência da clínica passa a ser ligada ao sofrimento que se dá na criança que cresce em um ambiente que não permite que ela exista, ao invés de ser sobre a existência da variabilidade de gênero em si. A autora propõe o papel da clínica como um espaço no qual a criança passa ser considerada como sujeito, subjetiva e com seus direitos de ser da maneira que quiser ser.

precisamos assumir que a "criança enquanto sujeito" não significa que ela venha a ser trans. Em outras palavras, ser cis ou não, embora completamente compreensível, não deve ser um inquérito tão angustiante aos pais, aos profissionais e tampouco às próprias crianças. Deveríamos, no lugar de buscar cada vez mais rápido esse "alívio" identitário, pensar quais são as condições de existência de uma infância que contraria a cisgeneridade. (FAVERO, 2020, p. 177)

Barreto, Peres e Sales (2018) defendem a urgência de uma revisão dos conceitos na psicologia, especialmente na visão do ser humano como passível de diferenças, ao invés de ser compreendido como único. O problema que os autores discutem é de, ao considerar o humano como único, se perder toda a possibilidade de existência de variabilidades na humanidade, seja de gênero, sexualidade, raça e outras características sociais.

Vivemos em tempos de fluxos e intempestividades diante de um cenário marcado por transições, que solicita revisão urgente de conceitos e valores, demarcados definitivamente por processualidades que dão visibilidades para as diferenças humanas, para as variações do humano, da vida em seus êxtases e prazeres; essas novas configurações existenciais colocam a Psicologia e seus procedimentos na berlinda, ou seja, denuncia uma certa formação profissional e o exercício da profissão ainda ancoradas por conceitos e metodologias advindas do século XIX. (BARRETO; PERES; SALES, 2018, p. 3)

Ou seja, além de ser necessário dar espaço para que a criança assuma um lugar de sujeito de direitos, desejos e de escuta, é necessário também compreender as possíveis diferenças que existem entre todos os seres humanos, com variabilidades em todos os aspectos possíveis. De acordo com os autores citados aqui, cabe à psicologia permitir a insurgência de existências

dissidentes da norma heterocisnormativa, e dar apoio para que estas vidas possam ter o pleno direito de ir e vir (BARRETO; PERES; SALES, 2018).

Mediante as discussões até agora realizadas, a Psicologia passa a ser desafiada a produzir intervenções a partir de novos saberes que se contraponham às perspectivas heterocisnormativas. Além disso, considerando a escassez de estudos sobre infâncias com variabilidade de gênero na psicologia, a pergunta que o presente trabalho provoca é: o que a Psicologia tem a falar e quais contribuições ela pode trazer para crianças com variabilidade de gênero?

### 3. OBJETIVO

O presente trabalho buscou investigar as dificuldades que crianças com variabilidade de gênero podem sofrer em um mundo heterocisnormativo, e compreender quais são os possíveis impactos de tais sofrimentos no seu desenvolvimento psíquico, a partir da reflexão de psicólogas de diferentes áreas de atuação.

Para tal, buscou-se identificar e discutir no presente trabalho a compreensão de algumas profissionais de psicologia quanto à variabilidade de gênero expressa na infância. Considerando a importância da atuação psicológica para essa temática, o trabalho visa discutir o que tem sido feito na psicologia para crianças com variabilidade de gênero, o papel de tal profissão, e quais desafios vividos pelas crianças são percebidos pelas profissionais entrevistadas.

O trabalho foi realizado em duas etapas principais. A primeira etapa consistiu em uma pesquisa da literatura da psicologia relacionada a gênero, transgeneridade e a pesquisas que abordassem essas temáticas na infância. A literatura pesquisada teve então um maior enfoque nos desafios sociais vividos pela população trans e pelas infâncias com variabilidade de gênero, como os desafios no ambiente escolar, familiar e nos saberes médicos-psis que podem patologizar as identidades.

Na segunda etapa, foram realizadas entrevistas com psicólogas de algumas áreas de atuação, como educação, contexto hospitalar e clínica privada. A entrevista semiestruturada foi iniciada com um vídeo sobre um relato documental de uma menina trans, como material disparador para perguntas abertas previamente elaboradas. A partir das perguntas e do vídeo, a entrevista teve como objetivo caracterizar-se como um espaço de reflexão das profissionais acerca de suas experiências na psicologia e do que entendem sobre a temática abordada no presente trabalho.

## **4. MÉTODO**

A pesquisa aqui realizada é de cunho qualitativo, uma vez que buscou conhecer e discutir as experiências subjetivas das participantes, propondo um espaço de reflexão e interpretação própria das profissionais.

Foram realizadas entrevistas com psicólogas em diferentes áreas de atuação com crianças: no âmbito da psicologia hospitalar, psicologia da educação e psicologia clínica. A proposta das entrevistas foi de ouvir e discutir as perspectivas das psicólogas entrevistadas sobre as possíveis dificuldades enfrentadas por crianças com variabilidade de gênero e os impactos delas no desenvolvimento destas crianças.

A entrevista realizada se caracteriza como semiestruturada e, em seu início, foi apresentado um caso de criança com variabilidade de gênero coletado em um documentário como tema disparador para provocar a reflexão por parte das entrevistadas.

Para a pesquisa, foi também feita uma investigação de pesquisas recentes acerca da identidade de gênero na infância, a partir de 2009, mas em grande maioria a partir de 2019. O recorte temporal foi considerado importante para evitar um uso de pesquisas que ainda se baseassem em nomenclaturas do Código Internacional de Doenças (CID) e do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) e que, portanto, compartilhassem de perspectivas patologizantes sobre a variabilidade de gênero. Como a abordagem da temática é contemporânea, constantemente são realizados novos estudos para uma melhor compreensão do gênero e dos impactos sociais que ainda hoje existem em relação ao tema. Além disso, considerando a importância da dimensão social sobre a variabilidade de gênero, foi realizada uma revisão bibliográfica acerca de debates sociais e das críticas que têm sido feitas sobre os desafios enfrentados pelas crianças, bem como o papel da psicologia.

### **4.1. Participantes**

Como explicitado na metodologia proposta, foram realizadas entrevistas com psicólogas de diferentes áreas de atuação, para poder ter uma visão ampliada do trabalho da psicologia em relação à variabilidade de gênero na infância. Nesse sentido, foram entrevistadas 5 (cinco) profissionais que atuam nas seguintes áreas: psicologia clínica, educacional e hospitalar.

## **4.2. Instrumento**

A entrevista semiestruturada tem como característica principal oferecer a obtenção de relatos que ajudem o pesquisador a atingir o objetivo proposto na pesquisa e ao mesmo tempo fornecer abertura para os entrevistados discorrerem de modo mais livre sobre assuntos relacionados ao tema principal.

Assim, as entrevistas foram realizadas a partir da apresentação de um vídeo documentário sobre uma criança trans, com uma pergunta direcionada à prática psicológica de cada entrevistada.

Alves e Silva (1992) discutem a entrevista semiestruturada como forma mais próxima de um método qualitativo, pois

A composição de um roteiro com questões abertas, sem a delimitação de respostas através de perguntas fechadas ou do tipo diferencial semântico, já proporciona um dado que se adequa à análise qualitativa; isto equivale a dizer que, por outro lado, roteiros altamente estruturados e de questões fechadas truncam o discurso do sujeito e ainda que permitindo, às vezes, uma análise quantitativo-interpretativa, a tornam difícil e podem mesmo enviesá-la. (ALVES; SILVA, 1992, p. 64)

Nesse sentido, através de uma entrevista semiestruturada, cria-se entre a entrevistadora e a entrevistada um espaço que permite um discurso livre e mais próximo da experiência subjetiva da pessoa. Assim, além de permitir a coleta de dados, poderá promover reflexões para ambas acerca do debate da variabilidade de gênero na infância.

## **4.3. Cuidados éticos**

O projeto de pesquisa que resultou neste trabalho de conclusão de curso foi aprovado pelo Comitê de Ética da PUC-SP sob o protocolo nº 5.319.190 no dia 29 de março de 2022 (CAAE: 54399721.0.0000.5482).

## **4.4. Procedimento de análise de dados**

O procedimento de análise de dados foi feito a partir da análise temática em psicologia discutida por Braun e Clarke (2006). As autoras explicam que a análise temática é um método amplo utilizado em pesquisas qualitativas na psicologia, que ajudam a “identificar, analisar e

organizar padrões (temas) dentro dos dados pesquisados” (BRAUN; CLARKE, 2006, p. 6, tradução nossa)<sup>5</sup>.

Dessa forma, o procedimento foi realizado em 6 etapas, conforme recomendado pelas autoras. A primeira fase do procedimento consistiu em uma transcrição das gravações das entrevistas. Vale ressaltar que a gravação das entrevistas foi consentida pelas participantes antes do encontro. Nessa fase, foi feita uma transcrição o mais próximo possível das falas das entrevistadas, para manter a autenticidade das entrevistas. Após a transcrição inicial das falas, foi elaborado um texto como resumo dos temas mais discutidos, apresentados no capítulo seguinte.

Em seguida, a segunda etapa do procedimento foi a realização de uma lista do que foi mais discutido nas entrevistas e de assuntos que se mostraram mais pertinentes a serem analisados nesse trabalho.

Já na terceira etapa, os temas começaram a ser mais reconhecidos, a partir dos assuntos decodificados na fase anterior.

Com isso, já era possível partir para a quarta etapa, que consistiu em revisar minuciosamente todos os temas. Para isso, foi feito em paralelo uma busca bibliográfica de cada tema, com o objetivo de encontrar mais trabalhos que pudessem compor na análise dos dados.

Finalmente, a quinta etapa se tratou como uma “definição e um refinamento” (BRAUN; CLARKE, 2006, p. 22) dos temas, o que significaria compreender a essência do que o tema busca agregar no trabalho.

E então, para última etapa, foi realizada uma composição final da escrita dos temas elaborados e das reflexões encontradas em paralelo com as referências bibliográficas. Vale ressaltar que a escrita foi realizada de maneira integral em todo o procedimento de análise de dados, já que nas palavras de Braun e Clarke,

A análise envolve um constante movimento para trás e para frente entre todos os dados coletados, os códigos que estão sendo analisados, e a análise dos dados que estão sendo produzidos. Escrever é um trabalho integral da análise, não algo que

---

<sup>5</sup> Thematic analysis is a method for identifying, analysing, and reporting patterns (themes) within data. It minimally organizes and describes your data set in (rich) detail.

se realiza somente no final, como em análises estatísticas. (BRAUN; CLARKE, 2006, p. 15, tradução nossa)<sup>6</sup>

Por isso, ao longo dessa escrita, outros campos do trabalho foram mais elaborados e revisados, para que o trabalho tivesse mais sentido em um todo. Ou seja, algumas discussões realizadas no capítulo anterior foram removidas e outras foram agregadas para que o trabalho estivesse mais claro.

---

<sup>6</sup> Analysis involves a constant moving back and forward between the entire data set, the coded extracts of data that you are analysing, and the analysis of the data that you are producing. Writing is an integral part of analysis, not something that takes place at the end, as it does with statistical analyses.

## 5. SÍNTESE DAS ENTREVISTAS

As entrevistas foram realizadas com 5 psicólogas cujas identidades serão mantidas em sigilo e, por isso, serão apresentadas com nomes fictícios, de acordo com o compromisso estabelecido com elas por intermédio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). As psicólogas entrevistadas atuam em áreas diversas: psicologia clínica particular, psicologia hospitalar (em um hospital-escola no município de São Paulo) e psicologia da educação em distintos Núcleos de Apoio e Acompanhamento para Aprendizagem (NAAPA) e na Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE).

No início da entrevista, foi apresentado um vídeo documental que relata a história de Tiziana<sup>7</sup>, uma menina argentina transgênera, a mais nova do país a conseguir a mudança no documento de identidade. O vídeo de cerca de 5 minutos retrata dificuldades vividas pela menina através de seu discursos e dos discursos da mãe e do pai dela. Dificuldades na aceitação escolar, medo dos pais quanto à filha sofrer ataques transfóbicos e não-aceitação por seus pares foram temáticas abordadas no vídeo. A escolha do mesmo foi feita após uma série de pesquisas de distintos documentários sobre variabilidade de gênero na infância, até encontrar um que, em poucos minutos, pudesse sintetizar as principais polêmicas vividas pelas crianças com variabilidade de gênero.

### 5.1. Patrícia

A primeira psicóloga entrevistada foi Patrícia, que conta sobre sua experiência atendendo uma criança com variabilidade de gênero. A criança (P.) chega no consultório se apresentando como um menino que gosta de brinquedo de menina.

Ao longo dos atendimentos, Patrícia comenta que pouco se sentia preparada, pois tinha algumas inseguranças com o trabalho com crianças, e por não conhecer muita literatura sobre a variabilidade de gênero na psicologia. Apesar disso, continuou atendendo a criança por alguns anos

---

<sup>7</sup> INFANCIA Libre. Dirección: Noelia González. Fotografía de MAFIA. Salta, Argentina: AJ+ Español, 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CsuXCBGqmSo>. Acesso em: 25 mar. 2022

e buscou informações em cursos de extensão, como no curso “Sexualidade, Identidade de Gênero e Orientação Sexual do AMTIGOS, HC-FMUSP”.

A primeira parte da entrevista foi sobre a sua experiência com P. e quais desafios ela enxergava na vida da criança. Por ser uma criança pequena, Patrícia entendia que seu trabalho estava mais voltado ao fortalecimento de seu ego, para que conseguisse encontrar defesas e proteções psíquicas conforme fosse crescer.

Entre os desafios que Patrícia observou, estavam: a aceitação familiar, a aceitação da escola (principalmente dos funcionários) e a falta de informações na psicologia. Nesse sentido, Patrícia comenta como o maior trabalho não deveria ser com a criança, mas com os adultos ao seu redor.

## **5.2. Fernanda**

A segunda entrevista foi realizada com Fernanda, psicóloga hospitalar de um serviço de maternidade e pediatria. Através de sua experiência no hospital, Fernanda conta sobre o lugar que a criança ocupa para os adultos.

Em um ambiente hospitalar, Fernanda trabalha com uma equipe multidisciplinar com foco objetivo na doença que está acometendo a criança. Por isso, segundo ela, são trabalhos rápidos que não dão espaço para se ter um aprofundamento subjetivo sobre algumas questões como a de gênero.

Entretanto, por ser uma maternidade, há “uma inserção do gênero” no nascimento dos bebês, com as cores, os diagnósticos dos médicos, os nomes etc. Por mais discreto que seja, o gênero se apresenta desde esse momento e, como dito por Fernanda, a criança já chega no mundo com uma aposta de um futuro melhor.

Nesse sentido, há sempre um peso do adulto sobre o que é a criança, o que ela será e o que ela não deve ser. A criança não tem espaço para ser um sujeito de direitos e decidir sobre sua própria existência. No hospital, Fernanda explica que poucos médicos falam diretamente com as crianças sobre seu diagnóstico, e comumente se direcionam aos pais. A criança, então, fica à mercê de o que o adulto fala sobre ela.

Ademais, Fernanda reflete sobre como o diagnóstico é procurado nos hospitais, sendo esse talvez um aspecto que se afasta do processo, principalmente quando o assunto é da variabilidade de gênero. Os hospitais têm como característica um olhar focal e com necessidades de criar

diagnósticos para as doenças que chegam. Entretanto, esse olhar se materializa para todos os aspectos, tirando a liberdade de a criança de se experimentar como sujeito.

Fora da psicologia hospitalar, Fernanda reflete outros desafios que crianças com variabilidade de gênero podem enfrentar, como nas escolas e nas famílias. Além disso, ela também sente que de um lado existem poucos estudos em relação a essa temática na psicologia e, de outro lado, existem poucas movimentações para achar informações.

### **5.3. Renata**

A terceira psicóloga entrevistada foi Renata, que trabalha atualmente na área de educação, em escolas, e realiza alguns atendimentos na clínica particular.

Antes de falar sobre a sua atuação na escola, Renata conta que teve experiência com uma criança na clínica com dificuldades ligadas à expressão de gênero. A criança era um menino que gostava de brincar com bonecas e usar saia, mas esses comportamentos não eram aceitos pelos avós. O menino não se sentia aceito no ambiente escolar e familiar, apresentando comportamentos agressivos como reação. Após identificar que a dificuldade do menino estava ligada à aceitação pelos outros, Renata decidiu trabalhar com os familiares da criança, para conscientizá-los em relação às questões de gênero.

Em seguida, conversamos sobre os desafios no ambiente escolar e a psicóloga discute como todas as questões LGBT são vistas como uma coisa só, sem separar a sexualidade de gênero, algo que ao seu ver pode confundir as crianças. Ela percebe também nos ambientes escolares como a inserção da binaridade está presente.

Finalmente, discorremos sobre o papel da psicologia em relação ao tema e Renata admite que nunca teve a oportunidade de falar sobre variabilidade de gênero na infância com psicólogas antes. Segundo ela, de modo geral, as discussões pairam sobre os adultos e adolescentes, mas as crianças são dificilmente mencionadas. Ela entende que essas situações sempre estiveram presentes e que o lugar da ciência está em trazer informações para que o tema seja cada vez mais aceito.

### **5.4. Suzana**

Suzana foi a quarta psicóloga entrevistada e atua na área da educação, em diferentes instituições.

Ao longo da entrevista, conversamos sobre distintos desafios: sociais, escolares e familiares. Suzana nota como existem muitos campos a serem trabalhados na questão de gênero, e fundamenta sua fala com o papel da psicologia em atuar junto a todas as instâncias que fazem parte da vida da criança.

Nesse sentido, Suzana reflete que qualquer ato de transfobia no mundo deve ser tomado como responsabilidade de toda a população, pois a problemática é coletiva. Assim, a psicologia tem um importante papel no trabalho com as famílias que não aceitam as expressões de gênero das crianças, e com as escolas que não sabem como agir nestes casos.

### **5.5. Ana**

A última psicóloga entrevistada foi a Ana, cuja atuação se dá na clínica particular e na área escolar. Além da psicologia, teve formação em pedagogia, sendo professora por muitos anos.

No momento em que apresento o tema da minha pesquisa, ela conta que, no início do ano, uma criança trans foi encaminhada para seu trabalho como psicóloga escolar. A criança tem 5 anos e está na educação infantil. O caso da criança foi encaminhado para ela porque os profissionais da escola não sabiam como proceder com a situação, principalmente pela questão do nome social na matrícula e em qual banheiro levar a criança.

Em seguida, conversamos sobre os desafios vividos pelas crianças e Ana sente que a maior dificuldade se dá no ambiente familiar, afetando inclusive as escolas, por não conseguirem ter a abertura dos pais. Por isso, ela acredita que o melhor trabalho a ser feito é compreender a dinâmica familiar para, então, poder ajudar a criança.

Acerca da psicologia, Ana reflete sobre seu papel com cunho social, uma vez que o trabalho individualizado pode ser realizado, mas o social tem um maior impacto. Nesse sentido, pensa em redes de apoio com diversos profissionais que possam dar apoio em “situações dissidentes”.

## 6. ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Para uma análise mais aprofundada das entrevistas, foram estabelecidas categorias temáticas baseadas nas reflexões das participantes. As categorias são: “Desafios no ambiente escolar”; “Desafios na família”; “Desafios na psicologia” e “O papel da psicologia”.

### 6.1. Desafios no ambiente escolar

No roteiro das entrevistas, foi perguntado a todas as psicólogas quais desafios elas enxergam na vida de crianças com variabilidade de gênero. Um dos desafios mais comentados foi no ambiente escolar, principalmente com professores. No ambiente escolar, foi possível perceber dois aspectos que mantêm os desafios para as crianças: a perspectiva binária vigente na educação e as condenações às expressões de gênero fora do modelo heterocisnormativo.

O ambiente escolar não serve somente para a preparação das crianças e adolescentes para o mundo do trabalho quando adultos, mas principalmente a vida cidadã em sociedade. Dessa forma, através de brincadeiras, vestimentas, comentários e entre outras formas de comunicação com as crianças, se impõe um modelo binário masculino-feminino. Ou seja, crianças que foram designadas como do sexo masculino no nascimento são solicitadas a se expressarem conforme as injunções dos papéis sociais tido como próprios da masculinidade, e são incentivadas a participarem de brincadeiras consideradas masculinas. E as que foram designadas como do sexo feminino são incentivadas a realizarem brincadeiras consideradas femininas e a se expressarem segundo as prerrogativas sociais do que é “apropriado” às mulheres e à feminilidade. Tudo o que se desvia dessas injunções ou prerrogativas é considerado “estranho” e condenado (BENTO, 2011). Nas palavras da autora,

Há corpos que escapam ao processo de produção dos gêneros inteligíveis e, ao fazê-lo, se põem em risco porque desobedeceram às normas de gênero, ao mesmo tempo revelam as possibilidades de transformação dessas mesmas normas. (BENTO, 2011, p. 551)

Na conversa com Suzana, foi falado sobre esses modelos inseridos no ambiente escolar,

*Tem uma série de expectativas desde pequenos na escola que são culturais. A escola, claro, faz parte da sociedade, mas ela também pode ser um espaço de transformação, não precisa ser só de reprodução. Um espaço de transformação para mexer nas coisas tão definidas, tão estruturadas. A gente de alguma forma precisa rever esses conceitos mais novos. (Suzana)*

Nesse sentido, cabe ao ambiente escolar mudar os modelos já criados e se reestruturar, para que haja mais abertura na educação. As escolas passam uma imagem de impossibilidade de mudanças, mantendo a estrutura normativa. Mas, quando exposta a contradições, sua estrutura se desestabiliza. Desde sempre as crianças costumam questionar sobre os costumes dos adultos e às vezes tais questionamentos expõem as fragilidades das tradições, as tais contradições.

Um exemplo disso seria de práticas comuns nas escolas em dividir as crianças entre meninos e meninas. Renata conta sobre uma colega que trabalhava em uma escola e pedia para os alunos de 4 anos se separarem em filas de meninos e meninas, e sempre havia um menino que ficava no meio. Um dia, ela se aproximou dessa criança e pediu para que escolhesse uma fila, e ele disse que não queria escolher. Desde então, ela nunca mais separou as filas dessa forma.

Outro caso contado por Patrícia sobre seu paciente mostra como essas contradições também podem aparecer nos discursos das crianças, a quem é propagada a ideia de binariedade: “*A mãe conta de um episódio em que ele estava na natação e ele pegou aqueles macarrões de piscina, um rosa. Aí, o amigo disse: ‘mas P., rosa é de menina’; aí, o P. disse: ‘rosa é só uma cor e eu gosto’*”.

Tais pequenas exposições em que as contradições se expressam, mostram como a binariedade de gênero não é, na verdade, tão natural assim. Os questionamentos das crianças incomodam e deveriam provocar reflexões em todos os profissionais, como nos exemplos aqui apresentados. Como bem mencionado por Fernanda, “*a criança convida a gente a se descentrar, não saber tudo e poder aprender*”. A criança faz o movimento de contradição necessário para que se perceba o que precisa ser mudado.

Em relação às expressões de gênero fora do modelo heterocisnormativo, foram pontuadas algumas falas interessantes nas entrevistas. Como as psicólogas tiveram experiências ou com adolescentes (que não são o foco deste trabalho), ou com crianças pequenas, o tema do *bullying* não foi tão aparente. Entretanto, a não-aceitação dos professores e pais no ambiente escolar foi algo que marcou o discurso de quase todas as entrevistadas.

Se retomarmos a pesquisa de Kosciw e Zongrone (2019), no Brasil, 73,8% dos alunos escutaram comentários transfóbicos dos próprios professores, e somente 46,1% dos alunos disseram que outros professores interviram nesses insultos. Já em relação aos relatos de agressão física e verbal (68%), somente 42,4% reportaram a algum profissional da escola, e, desses, apenas 28,4% disseram que receberam um acolhimento efetivo. Os valores extremamente baixos

denunciam a falta de apoio que as crianças podem vir a enfrentar no ambiente escolar e essa falta de informação da equipe escolar é expressa na fala de algumas entrevistadas sobre suas experiências profissionais.

Na entrevista com Patrícia, ela apresenta algumas experiências vividas por P. e pela sua mãe no ambiente escolar, ligadas à expressão de gênero da criança. A primeira experiência contada foi sobre uma reclamação da escola, decorrente do comportamento de P.: *“houve uma reclamação do colégio, dizendo que ele tinha um ‘jeito’ e que isso não era bom, eles não gostavam disso”*. Além disso,

*Tinha o dia do brinquedo e ele levava a Polly e as crianças não se tocavam tanto, mas a diretora e as professoras se incomodavam e perguntavam: “será que ele não pode encontrar um brinquedo de menino?” (Patrícia)*

Fora os desafios dos brinquedos, P. não ia ao banheiro da escola ao longo de todo o dia. Apesar de sua idade, aguardava para usar o banheiro somente em casa. Nos encontros com Patrícia, P. apresentou uma sensação de ser perseguido e desenhava meninas com os membros separados: *“Era uma menina com os membros separados, os braços e as pernas, e essa menina tinha pênis. Ele riscava o pênis ou então ele circulava o pênis e colocava bem longe da menininha.”*

Outra situação comentada por Suzana, ainda sobre expressão de gênero, foi sobre o direito da criança e adolescente usarem o nome social na escola, e muitos funcionários da escola não aceitarem.

*Uma situação que a gente está vivendo agora é de crianças e adolescentes querendo ser tratados por outro nome e a escola querendo dizer não, “seu nome é esse que está aqui, você é menor de idade, não pode mudar de nome”. Coisas que a escola não está preparada, porque é novo. Na verdade, sempre existiu, mas de uma forma velada. E agora que a escola tem que se a ver com isso, pode ou não pode, é legal, não é legal, considerando a família em consonância. É muito sofrimento, por parte das crianças e adolescentes. (Suzana)*

A questão do nome social também apareceu na conversa com Ana, que orientou a equipe escolar a mudar o nome da criança no cadastro para o nome social e chamá-la sempre pelo nome e pronome social da criança: *“A educação não sabe lidar muito com isso, porque na verdade a sociedade não sabe lidar com isso, é tudo muito novo para as pessoas lidarem e as pessoas aceitarem.” (Ana)*

De acordo com uma resolução lançada em 2015 pelo Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoções dos Direitos de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais – CNCD/LGBT, deve se garantir a liberdade da pessoa utilizar o seu nome social nas instituições de ensino:

Art 1º - Deve ser garantido pelas instituições e redes de ensino, em todos os níveis e modalidades, o reconhecimento e adoção do nome social àqueles e àquelas cuja identificação civil não reflita adequadamente sua identidade de gênero, mediante solicitação do próprio interessado.

Art 2º - Deve ser garantido, àquelas e àqueles que o solicitarem, o direito ao tratamento oral exclusivamente pelo nome social, em qualquer circunstância, não cabendo qualquer tipo de objeção de consciência.

Art 4º - Deve ser garantido, em instrumentos internos de identificação, uso exclusivo do nome social, mantendo registro administrativo que faça a vinculação entre o nome social e a identificação civil.

Art 6º - Deve ser garantido o uso de banheiros, vestiários e demais espaços segregados por gênero, quando houver, de acordo com a identidade de gênero de cada sujeito. (CNCD/LGBT, 2015, s/p)

Ainda assim, muitos podem alegar que, no caso de uma criança, é necessária a autorização dos pais, como bem comentado nas entrevistas com Ana e Suzana. Por isso, vale ressaltar a nota técnica publicada pela Comissão Especial de Diversidade Sexual do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB):

É absolutamente dispensável a autorização dos pais da criança ou do adolescente que desejem utilizar o nome social em documentos internos da sua instituição de ensino, bastando apenas que expresse de forma irrefutável esse desígnio. (COMISSÃO ESPECIAL DE DIVERSIDADE SEXUAL DO CONSELHO FEDERAL DA OAB, 2013, s/p)

Ainda que, como demonstrado, seja lei no país o respeito à utilização do nome social das pessoas nas instituições de ensino, muito se refuta, principalmente quando as crianças são pequenas, como comentado nas entrevistas. O não compromisso com o uso adequado do nome social e com o respeito à expressão de gênero da criança reforça um ambiente hostil no espaço de ensino.

Percebemos, então, que a transformação de uma escola pautada numa ideologia heterocisnormativa é complexa e cheia de fatores. Foi notória a fala das psicólogas dizendo que o maior desafio era para os adultos. Há alguns pais que aceitam a expressão e identidade de gênero

de seu filho, mas eles são atravessados por medos e por críticas vindas do ambiente escolar, como a mãe de P., no caso apresentado por Patrícia.

Outro fator importante, comentado por Renata, é a falta de informação sobre gênero-sexualidade, algo que pode provocar dúvidas e confusões para as crianças e adolescentes. Comumente se confunde a sexualidade com o gênero, porque muitas vezes estes termos são compreendidos como uma coisa só: *“Há uma dificuldade social em separar isso, de entender que a pessoa se identificar com o gênero masculino ou feminino não tem necessariamente a ver com a sexualidade”*. (Renata)

Ou seja, quando uma criança começa a expressar o seu gênero fora das prerrogativas heterocisnormativas, os outros (alunos e professores) podem passar a chamar a criança de homossexual ou outra orientação ligada à sexualidade. Tal confusão e mistura do gênero-sexualidade não é por acaso, conforme explicita Bento (2011). A autora explica que, hegemonicamente, o gênero e a sexualidade precisam permanecer juntos, pois um justifica a existência da outra.

Os gêneros inteligíveis obedecem à seguinte lógica: vagina–mulher–feminilidade versus pênis–homem–masculinidade. A heterossexualidade daria coerência às diferenças binárias entre os gêneros. A complementaridade natural seria a prova inquestionável de que a humanidade é necessariamente heterossexual e de que os gêneros só têm sentido quando relacionados às capacidades inerentes de cada corpo. Através das performances de gênero, a sociedade controla as possíveis sexualidades desviantes. Será a heterossexualidade que justificará a necessidade de se alimentarem/produzirem cotidianamente os gêneros binários, em processos de retroalimentação. Os gêneros inteligíveis estão condicionados à heterossexualidade, e essa precisa da complementaridade dos gêneros para justificar-se como norma. (BENTO, 2011, p. 553)

Ou seja, para um modelo heterocisnormativo, é necessário ser cisgênero para ser heterossexual e vice-versa. Um depende do outro para sobreviver na nossa estrutura social hegemônica.

Assim, através das análises das entrevistas em diálogo com a literatura, pode-se pensar que a falta de informações sobre gênero-sexualidade nas escolas não existe aleatoriamente. O seu papel está em manter uma estrutura de modelo ideal de constituição de sujeito que, felizmente, é com frequência cada vez mais questionada e tem suas contradições expostas através das crianças dissidentes.

Para concluir a análise dos desafios no ambiente escolar, faz-se necessário citar um trecho esperançoso na apresentação da obra “Crianças em Dissidências: narrativas desobedientes da infância”, de Rodrigues 2018:

As crianças, esses seres de que nada sabemos, nas escritas que se materializam como pretexto de visibilização e conversação, comparecem com seus brilhos, são sujeitos encarnados, generificados, sexualizados, racializados, territorializados e colonizados. Existem. E, por existirem, resistem em processos emancipatórios aos saberes e poderes normativos que buscam boicotar uma vida. (RODRIGUES, 2018, p. 8-9)

## 6.2. Desafios na família

*O menino que eu atendia trouxe a história do patinho feio para falar da não aceitação dele. (Renata)*

Em paralelo com os desafios no ambiente escolar, a família foi trazida pelas psicólogas como outro potente desafio para as crianças com variabilidade de gênero. O vídeo que foi apresentado antes da entrevista conta a história de uma menina que ao dizer para os pais que é transgênero imediatamente recebe apoio da mãe e, após um pouco de resistência do pai, recebe apoio dele também. Os pais aparecem no vídeo expressando preocupações do que pode vir a ser a vida da filha em um mundo transfóbico, mas se sentem satisfeitos pelo apoio que lhe dão, pois percebem que isso é essencial para sua saúde mental.

Nas entrevistas, as psicólogas disseram que ficaram surpresas com a aceitação dos pais no vídeo, pois, em suas experiências profissionais, percebem maior dificuldade por parte da família, inclusive maior que no ambiente escolar.

Ana conta que no seu trabalho nas escolas é muitas vezes a família que impede um trabalho envolvendo gênero ou sexualidade com as crianças: “*O primeiro desafio que penso é a família, quando não aceitam. A gente tem casos que não consegue colaborar, porque a família não quer saber. (...) Um dos primeiros trabalhos feitos é de tentar entender com a criança/adolescente, como é a relação com a família.*” (Ana)

A psicóloga conta que muitas vezes encaminha as crianças para atendimento psicopedagógico como estratégia de facilitar a aceitação dos pais a levarem-nas a um acompanhamento com uma profissional da psicologia. Ela utiliza essa abordagem por perceber que

quando encaminhava os filhos, ou até mesmo os pais, para psicoterapia, eles não aceitavam e se afastavam de qualquer ajuda. Há, dessa forma, mais aceitação parental quanto ao apoio educacional das crianças do que de apoio emocional.

Na experiência de trabalho de Renata, apesar de os pais levarem a criança para atendimento psicoterapêutico, compreendendo a necessidade da psicologia pelos comportamentos agressivos da criança, ela nota como a criança enfrenta dificuldades de não aceitação dos avós.

*Ele não tinha uma preocupação em relação ao brinquedo que ele brincava, mas a preocupação dele era em não ser aceito. Ele queria pertencer ao grupo, que os avós gostassem dele. (...) O menino que eu atendia trouxe então a história do patinho feio para falar da não aceitação dele. (Renata)*

Segundo Renata, a não aceitação por parte dos avós, que participavam muito do dia a dia da criança, fazia com que o menino se sentisse fora do grupo, equivocado. Por isso, Renata entendeu que seu trabalho se destinava mais aos familiares do que ao menino, já que, segundo ela, sua agressividade era em grande parte decorrente da sensação dele não poder ser ele próprio.

Em relação à família, nas palavras de Suzana,

*Como psicólogos, a gente precisa entender as dificuldades das pessoas também. Dos pais, de aceitar e apoiar essa situação. A gente sabe que isso não é muito simples, que há expectativas desde que se gera um filho e, de repente, essas mudanças acabam trazendo outras coisas que as famílias muitas vezes têm que aprender a lidar. (Suzana)*

A partir das reflexões de Ana, Renata e Suzana, percebe-se como a família, ao não aceitar a expressão e identidade de gênero de seus filhos, passa a criar mais sofrimento e impedimento quanto a eles serem da forma que desejarem. Como visto na pesquisa de Schnarrs (et al., 2019), os participantes transgênero reportaram que grande parte de experiências traumáticas vividas na infância ocorreram nas relações familiares, pela não aceitação dos pais.

Considerando essa problemática, uma instituição estadunidense responsável pelo trabalho com abuso de substâncias e questões de saúde mental — *Substance Abuse and Mental Health Services Administration* (SAMHSA) —, realizou um guia para profissionais da saúde mental com referências e orientações para familiares apoiarem suas crianças LGBT (RYAN, 2014). O guia explica que o objetivo não é mudar os valores ou crenças dos familiares de crianças LGBT, mas informá-los sobre a importância do respeito e acolhimento das crianças para a redução do

sofrimento psíquico. Assim, com base em estudos realizados pela própria autora em anos anteriores na Universidade Estadual de São Francisco acompanhando familiares de crianças LGBT, o guia resume os principais resultados para que estes sejam apresentados e usados com futuras famílias. A autora concluiu que o apoio de famílias que acompanhou foi maior que esperava, e a relação das famílias variou entre muita rejeição e muito apoio. Além disso, com o acesso a informações de cunho científico e social, as famílias que aparentavam ter maior rejeição tenderam a dar mais apoio para as crianças (RYAN, 2014).

As famílias tratam suas crianças LGBT baseadas no que conhecem, no que escutam de outros familiares, referências religiosas, amigos próximos e de outras fontes de informação, incluindo pessoas que apresentam informações equivocadas acerca da orientação sexual e identidade de gênero, especialmente na infância e adolescência. Decorrente disso, pais e famílias que acreditam que homossexualidade e não conformidade de gênero são problemáticas para suas crianças LGBT, tendem a responder de uma série de maneiras para prevenir que suas crianças “se tornem” gay ou transgênero. (RYAN, 2014, p. 8, tradução nossa)<sup>8</sup>

Assim, grande parte do guia explica que os familiares podem acreditar que ser LGBT é algo negativo e, como forma de proteção, acabam provocando uma série de sofrimentos para as crianças (idem, 2014). É necessário compreender essa visão das famílias, já que, como discutido pelas entrevistadas e ao longo do trabalho, os desafios da variabilidade de gênero na infância são decorrentes dos outros que rodeiam as crianças. Compreender o motivo das intenções dos familiares de não aceitarem a variabilidade de gênero das crianças é necessário, para poder informá-los e acolhê-los. Primeiro, é necessário cuidar dos familiares, para que então as crianças sejam cuidadas.

No entanto, os desafios familiares não se dão somente nos casos em que existe uma não-aceitação dos outros. Segundo Novo (2021),

é recorrente que pais, familiares e não raro outros adultos de convívio próximo da criança, na comunidade, na escola, em igrejas e outros espaços de seu convívio,

---

<sup>8</sup> Families respond to their LGBT children based on what they know, what they hear from their family, clergy, close friends, and information sources, including providers who may also have misinformation about sexual orientation and gender identity, especially in childhood and adolescence. As a result, parents and families who believe that homosexuality and gender non-conformity are wrong or are harmful for their LGBT children may respond in a variety of ways to try to prevent their children from becoming gay or transgender.

procurem intervir para que esta se torne alguém cuja expressão e identificação de gênero estão de acordo com as normas sociais e práticas culturais de seu contexto social. Não são raros os casos em que ocorrem sanções sociais violentas, tanto simbólica quando fisicamente, de repreensões verbais a humilhações e punições físicas, frequentemente por parte de pais, irmãos e outros familiares, no próprio âmbito doméstico. Entretanto, as famílias não respondem somente dessa maneira. (NOVO, 2021, p. 322)

Familiares que dão apoio também passam por desafios que precisam ser discutidos. Como visto no vídeo que foi apresentado às participantes como disparador das entrevistas, e como já mencionado por Hercowitz e Santos (2021), cuidadores de crianças com variabilidade de gênero enfrentam diversos medos decorrentes dos sofrimentos aos quais os filhos poderão estar expostos. Aceitar que há essa possibilidade de os filhos sofrerem em algum momento da vida, por conta da sociedade transfóbica e binária que existe, é algo duro e difícil.

Novo (2021) comenta em seu trabalho sobre as relações de uma mãe de um menino trans e sobre o processo de acolhimento de seu filho.

A decisão de permitir e apoiar que Lucas vivesse da forma como se identificava trouxe diversas consequências para a vida de Penélope, que passou a enfrentar diferentes formas de coerção social, não somente em termos morais, mas também jurídicos. Em diversos contextos e situações sociais enfrentou a culpabilização pelo comportamento do filho por pessoas que questionavam a qualidade da sua maternagem e da sua feminilidade. Acusações de que estava “incentivando” a criança também eram recorrentes. O pai de Lucas, de quem havia se separado logo que ele nasceu e que sempre fora bastante ausente no cotidiano do filho, não apenas confrontou e recusou as suas decisões como a denunciou ao Ministério Público por maus-tratos à criança. Ao mesmo tempo que lidava com essas repercussões em diferentes relações sociais e com a forma como a sua própria identidade como mãe e como mulher fora profundamente abalada, Penélope também precisou reorganizar aspectos de sua vida relacionados à moradia e à vida profissional, chegando a mudar de emprego e de cidade para estar mais próxima de profissionais de saúde aptos a acompanhar o caso de seu filho. (NOVO, 2021, p. 332)

Os desafios vividos pelos familiares são diversos e de grande complexidade. Há uma ameaça do que o mundo pode fazer com as crianças, além de enfrentamentos e questionamentos vividos pelos próprios cuidadores, como no caso de Penélope.

Na entrevista com Patrícia, uma situação similar foi discutida. A mãe da criança que Patrícia atendia aceitava a variabilidade de gênero “de seu filho” e dava apoio. Entretanto, o pai “do menino” se recusava a aceitá-lo como ele se apresentava, e a mãe era frequentemente questionada pela escola da criança. A aceitação da mãe não foi imediata, mas, ao longo do processo terapêutico

“do filho”, a mãe entendeu mais sobre o assunto e sobre a importância do apoio “a ele”. Foi então aceitando que a mãe, assim como Penélope (NOVO, 2021), teve que fazer grandes mudanças em sua vida pessoal e profissional.

Ainda com essa aceitação, a mãe de P. expressou muitas vezes grande preocupação pela criança. Em casa, ocorreram alguns momentos em que a mãe ligou para Patrícia preocupada, pois P. estava tentando cortar o seu pênis com uma tesoura, além de demonstrar uma aversão pelo corpo, dizendo que desejava morrer. Ela percebia o sofrimento da criança, mas se sentia impotente para ajudar.

Os relatos aqui citados pelas psicólogas e por Penélope — citada no trabalho de Novo (2021) — denunciam a complexidade e necessidade dos familiares no acolhimento das crianças com variabilidade de gênero. Tal acolhimento é fundamental para o trabalho na escola, para evitar possíveis impactos negativos na saúde mental das crianças, para acolher e compreender os pais, e para ampará-los enquanto cuidadores.

O trabalho de Novo (2021), além de contar a história de Penélope, realiza uma reflexão antropológica sobre pais que aceitam a variabilidade de gênero de seus filhos e que buscam os saberes médicos-psi para serem mais informados e acolhidos. A partir desse trabalho, o autor discorre como a busca pelos saberes médicos traz uma certa ambivalência: por um lado, há um espaço de informação baseada em estudos científicos e com profissionais especialistas na área, mas, por outro lado, o espaço reforça uma ideia de controle e de retenção de saber pelos médicos, restringindo o espaço da criança de se expressar.

Esse poderia ser outro desafio aqui discutido, compreendendo a dimensão sócio-histórica da família e da visão dela sobre a infância. Em seu trabalho, Novo (2021) argumenta a presença de uma visão da infância — aos olhos dos familiares —, como o que viria a ser uma infância normal e anormal. Manifestações de gênero que não fazem parte da norma heterocisnormativa seria, dessa forma, uma manifestação anormal que levaria os familiares à “busca por explicações médicas à medida que as relações com as crianças se tornam o foco de conflitos familiares e trazem a sensação de perda de controle aos pais” (idem, 2021, p. 334).

A busca por um olhar médico e especialista orienta os pais e outros familiares no acolhimento para as crianças, mas também pode tender a manter a ideia de controle dos saberes

somente para os médicos. O autor então fala sobre tutela como uma forma de controle que é imposta na infância, sob o discurso da inocência da criança e de sua necessidade de proteção.

Formas de controle e tutela que se constituíram historicamente nas esferas da família e de outras instituições do Estado estão presentes nas experiências de infância e, ainda que essas não sejam as únicas relações na vida social de crianças com identificações de gênero que desafiam os modelos tradicionais, compõem estruturas sociais que configuram práticas importantes sobre elas e para elas. As relações de tutela da vida de crianças articulam-se às que regulam os processos de transição de gênero, enrijecendo as dimensões de controle sobre todos os envolvidos. (NOVO, 2021, p. 344)

Cabe, então, refletir sobre o controle e tutela que se impõem na infância em seus espaços de existência: nas escolas, nas famílias e nas áreas da saúde. Essas relações de tutela passam por uma linha tênue, pois podem, ao invés de cuidar e acolher, retirar da criança a liberdade de decidir sobre si. Por isso, deixo aqui uma última citação do trabalho de Novo (2021), em que o autor e Penélope reforçam a autonomia que as crianças precisam ter, principalmente no espaço familiar.

“As crianças também têm agência!”, recorro que Penélope enfatizou em uma de nossas conversas a esse respeito. Na sua narrativa sobre os eventos que levaram à decisão de apoiar a transição de gênero do filho, Lucas aparece como protagonista, interpelando-a, questionando-a, resistindo de todas as formas às tentativas da mãe de fazê-lo menina e afirmando decididamente quem ele é de verdade: “Mãe, Maria *nunca* existiu!” (idem, 2021, p. 334)

### 6.3. Desafios na psicologia

*Eu, na realidade, nunca discuti esse tema com profissionais da psicologia. Essa é a primeira vez, né, que eu falo sobre esse tema em relação às crianças.”*  
(Renata)

Todas as participantes disseram que não sabiam se poderiam contribuir muito com o tema, por acharem que não têm conhecimento aprofundado sobre ele. E, quando perguntado se tiveram alguma experiência sobre questões de gênero em seu ambiente de trabalho, com exceção dos casos clínicos apresentados, disseram que não viram nada muito marcante e que não saberiam dizer de outros casos. Por outro lado, afirmaram acreditar que esse é um tema relevante e aceitaram participar das entrevistas por esta razão.

Tais falas mostram que as psicólogas demonstram interesse e percebem a necessidade de falar sobre a variabilidade de gênero na infância, mas, mesmo atuando em ambientes com crianças, não identificam de imediato questões relativas ao tema. Ao longo das entrevistas, busquei realizar

algumas perguntas que fomentassem a discussão sobre práticas pautadas numa perspectiva binária de gênero e sexualidade, e que são realizadas em relação às crianças nos hospitais, nas escolas, na clínica e assim por diante. A partir dessas provocações, exemplos foram surgindo, mas ainda assim foram poucos.

A carência de exemplos poderia indicar duas coisas: de fato, um baixo volume de problemas relacionados à gênero na infância, o que iria contra a fala das psicólogas em relação à necessidade de debater o tema; ou então um velamento dos casos existentes. Ou seja, poderia denunciar que ainda existe pouca abertura e pouco conhecimento para se discutir o tema na psicologia.

Barreto, Peres e Sales (2018) discutem a necessidade de uma revisão de conceitos na psicologia, sobretudo nos cursos de graduação. Segundo os autores, a psicologia está marcada por um discurso hegemônico, compreendendo o ser humano como único o que, nesse sentido, seria algo como hétero, cis e branco. Na discussão dos autores, a psicologia deveria compreender a multiplicidade do ser humano nas diferenças que todos os seres apresentam.

Dessa forma, não bastaria criticar as escolas e famílias como instituições que fazem a manutenção da ordem, do tradicional, do heterocisnormativo. A psicologia também faz parte disso, como discutido pelos autores:

O que se torna problemático a nosso ver, diz respeito a uma certa Psicologia que insiste em dar manutenção ao sistema sexo/gênero/desejos/práticas sexuais que mantem a heterossexualidade como obrigatória e se impõe enquanto regimes de verdades acabadas e determinantes para os procedimentos psi. Aqui a Psicologia se torna aliada ao Estado na manutenção da ordem, da moral e dos bons costumes, o que por sua vez contribui para a manutenção das desigualdades sociais, raciais, sexuais e de gêneros. (BARRETO; PERES; SALES, 2018, p. 11)

Na entrevista com Fernanda, a psicóloga comenta a sensação de as psicólogas, com exceção das que trabalham nos ambientes acadêmicos, acabarem estudando pouco e não se atualizando. Ela reforça a necessidade de se ter mais estudos e mais espaços para discussão de temas contemporâneos, para evitar “*cair no senso comum*”.

O senso comum pode ser um perigo para as pessoas atendidas, pois o *comum* parte do conhecimento hegemônico. De todo modo, a psicologia ainda se baseia em conceitos constituídos historicamente com base nesta perspectiva hegemônica que defende a normalidade como sendo aquela pautada pela cisheteronormatividade.

Suzana trouxe uma fala bastante similar ao que foi dito por Fernanda:

*Eu acho que a gente vive um tempo de mudanças e as pessoas precisam estar mais informadas. A questão trans ainda não tem informação. Fica muito no imaginário das pessoas de que são escolhas, de que as crianças ainda não têm o direito de ser. (Suzana)*

Um desafio que também se destacou e foi discutido nas entrevistas é a falta ou pouca quantidade de informações a respeito do tema para os profissionais da saúde mental. Se por um lado existem diversos estudos no âmbito das ciências sociais (sociologia e antropologia) e mesmo da linguística e dos estudos culturais sobre variabilidade de gênero, na psicologia o tema parece ser menos abordado no âmbito das pesquisas, sobretudo se tratando de crianças.

Barreto, Peres e Sales (2018) realizaram uma pesquisa entre 2012 e 2016 para identificar as disciplinas que tratavam de gênero e sexualidades dissidentes e que estavam presentes em cursos de graduação em Psicologia, e concluíram que de modo geral estes temas têm sido discutidos em disciplinas eletivas e não nas obrigatórias do currículo. Ou seja, os estudos que falam sobre gênero e sexualidade dissidentes são vistos como objetos de interesse para algumas pessoas e não como tema de saúde que deve ser apresentado e discutido a todas as estudantes de graduação em Psicologia.

Há uma posição contrária a institucionalização dessa obrigatoriedade do ensino de estudos de gêneros e sexualidades por parte de alguns atores envolvidos na formação. Esta recusa na obrigatoriedade se justifica por entenderem serem inócuos ou pouco efetivos os efeitos desses conteúdos na forma obrigatória. Alguns acreditam que há certo tipo de aluno/a que se interessaria e se engajaria nos temas, e isso é mais interessante do que ter que dar a disciplina para qualquer tipo de graduando/a. (BARRETO; PERES; SALES, 2018, p. 12)

Nesse sentido, o texto defende um caminho da psicologia que “dialoga com os movimentos sociais e acompanha as lutas e reivindicações desses coletivos” (BARRETO; PERES; SALES, 2018, p. 11) a partir de uma psicologia *queerizada*. Os autores se referem ao termo *queer* a partir da seguinte interpretação:

o **queer** se caracteriza pela figura de um guarda-chuva que comporta as mais variadas formas de dissidências às normas sexuais e de gênero, mas também a todas as formas de existências que se distanciam do normativo e do hegemônico, tais como classe social, raça/cor, etnias e geração, entre outros (idem, 2018, p. 16)

Segundo os autores, uma psicologia *queerizada* seria aquela que rompe “com postulados binários que se propõem universais e totalizados, dando passagem para a emergência de sujeitos

nômades, e suas subjetividades também nômades em consonância com políticas queer” (BARRETO; PERES; SALES, 2018, p. 15).

Em outras palavras, uma psicologia *queerizada* é aquela que sai do “*senso comum*” trazido por Fernanda; é aquela que busca desconstruir valores binários e ampliar a visão do ser humano como uma multiplicidade de expressões e identidades. No próprio contexto de trabalho de Fernanda (hospital na área da maternidade e pediatria), fica evidente a emergência de comportamentos binários e práticas psis hegemônicas.

No hospital, Fernanda explica que a maioria dos médicos fala diretamente com os pais sobre os diagnósticos de seus filhos, ao invés de falarem com as próprias crianças. A criança, então, fica à mercê de o que o adulto fala sobre ela. Nesse sentido, há sempre um peso do adulto sobre o que é a criança, o que ela será e o que ela não deve ser. A criança não tem espaço para ser um sujeito de direitos e decidir sobre sua própria existência.

*Para a criança isso pode criar uma potência de banalização de sofrimento muito maior, porque parece como “ah, você não sabe aquilo”. (...) O quanto que a gente consegue escutá-las, ouvi-las, acolhê-las? (Fernanda)*

Ainda refletindo sobre o tema da variabilidade de gênero, Fernanda reflete muito sobre o peso do diagnóstico, a necessidade de se dar um nome: “*A gente fica também querendo responder o que é. Na ansia do diagnóstico, a gente perde o processo.*” Os hospitais têm como característica um olhar focal e com necessidades de criar diagnósticos para as doenças que chegam. Entretanto, esse olhar se materializa para todos os aspectos, justificando o que a criança sente e tirando a sua liberdade de se experimentar como sujeito.

Tal visão sobre as crianças não é à toa, já que, mais uma vez, passa a ser uma forma de colocar sobre as crianças um olhar que a afasta da possibilidade de se conhecer e existir da forma como desejar. Se para as crianças no geral esse olhar é realizado dessa forma, quando vem atravessado pela variabilidade de gênero ele se intensifica:

Há instituída na formação em psicologia, a invisibilidade dos corpos em resistência, pois entendemos visibilidade como pleno direito à singularidade, à possibilidade de existir, de ir e vir, de ser e de se manifestar em diferentes expressões, sejam elas sexuais, corporais, religiosas, conjugais e étnicas, estando a Psicologia *queerizada* e a favor destas expressões, sendo esta a agenciadora da emergência de territórios de subjetivação que produzam fluxos de diferenças, sem nomes, sem identidades, sem diagnósticos ou prognósticos. (BARRETO; PERES; SALES, 2018, p. 13)

Nessa perspectiva de envolvimento com uma abertura para desconstruir maneiras de pensar hegemônicas, a psicologia precisa assumir um lugar político e social. Entendendo a psicologia como uma ciência que se transforma e se reestrutura com as mudanças sociais e políticas, compreendemos a responsabilidade que a profissão deve assumir para com tais problemáticas. Nas palavras de Suzana,

*Cada vez que uma pessoa trans apanha na rua, isso tem que doer em todos nós, porque não deveria ser assim. Se a gente trabalha e educa as crianças de outra maneira, a gente tem uma chance maior para que essas mudanças aconteçam lá na frente, onde haverá uma sociedade mais inclusiva. (...) As crianças não nascem preconceituosas, elas aprendem. (Suzana)*

Ou seja, da mesma forma que é discutido com as profissionais nas entrevistas a ausência de estudos sobre variabilidade de gênero na infância, deve-se discutir também o papel da psicologia em se movimentar para que as informações circulem e desconstruam práticas baseadas no “senso comum” e em modelos heterocisnormativos.

#### **6.4. O papel da psicologia**

A última categoria temática que organiza a análise das entrevistas se destina ao que foi discutido nas entrevistas sobre o papel da psicologia, com base nas referências teóricas estudadas em paralelo. Até então, foi possível perceber que os desafios enfrentados pelas crianças com variabilidade de gênero são amplos, o que faz com que a psicologia tenha uma atuação diversa.

Até o momento, as referências bibliográficas encontradas sobre o papel da psicologia se restringiram à assistência em saúde, uma vez que, como discutido por Pontes, Silva e Nakamura (2020), a temática de gênero se iniciou no campo de saberes *psis* e biomédicos como forma de intervenção ao que até pouco tempo atrás era considerado um transtorno mental. Por isso, a discussão neste tópico se volta para a elaboração de diagnósticos que sinalizam o *tratamento* a ser realizado.

A Associação Mundial Profissional para a Saúde Transgênero (WPATH) elaborou um guia para profissionais da saúde que trabalham com pessoas trans e com variabilidade de gênero (COLEMAN et al., 2012). A partir do guia, se elabora uma série de informações e pesquisas necessárias para informar as profissionais, e há um capítulo destinado somente para o trabalho com crianças e adolescentes com “disforia de gênero”.

Como citado no início desse trabalho, há uma diferença entre variabilidade de gênero e disforia de gênero. Ao passo que a variabilidade de gênero faz parte de uma identidade pessoal, a disforia é um diagnóstico dado para um sofrimento intenso que a pessoa vive com a sua identidade. Os autores compreendem que as normas de atenção elaboradas no guia são importantes para o “tratamento” e “avaliação” de crianças e adolescentes com disforia de gênero (COLEMAN et al., 2012).

Dessa forma, sugerem as seguintes atuações de profissionais da saúde mental que trabalham com crianças com disforia de gênero:

1. Avaliar diretamente a disforia de gênero em crianças e adolescentes;
2. Fornecer aconselhamento familiar e psicoterapia de apoio para ajudar as crianças e adolescentes a explorarem suas identidades de gênero;
3. Avaliar e responder às preocupações de saúde mental coexistentes de crianças e adolescentes;
4. Educar e advogar a favor de crianças e adolescentes com disforia de gênero, e de suas famílias em suas comunidades;
5. Proporcionar às crianças, jovens e suas famílias informações e encaminhamento para apoio dos pares, tais como grupos de apoio para pais e mães de crianças trans com variabilidade de gênero.

(COLEMAN et al., 2012, p. 15-16)

Além dessas funções, o guia também discute a necessidade de as profissionais seguirem uma série de orientações voltadas à aceitação da identidade de gênero da criança, avaliar possíveis comorbidades que possam levar a mais sofrimento, acolher os familiares, distinguir a disforia de gênero da variabilidade de gênero, não impor uma visão binária de gênero e fornecer apoio para as pessoas do serviço se expressarem como desejarem. Caso seja desejo da criança, ela pode fazer uma transição social para outro gênero, e o papel da psicologia se dá no apoio da transição e no apoio da família que pode vir a não aceitar. Já no início da puberdade, nos serviços de saúde a criança pode tomar um bloqueador hormonal que adia sua entrada na puberdade, já que, segundo os autores, essa pode ser uma fase crucial para o aumento da disforia de gênero (COLEMAN et al., 2012), e neste caso fica evidente a necessidade de profissionais da psicologia serem preparados em sua formação para trabalharem interdisciplinarmente com profissionais de outras áreas.

Nas palavras de Pontes, Silva e Nakamura (2020),

o diagnóstico e as intervenções possibilitariam prevenir estes desfechos, diminuindo ou evitando-os. O bloqueio puberal, a ser realizado na fase II de Tanner, prolongaria o tempo para que a identidade de gênero se defina e para que os profissionais formulem um diagnóstico. Já a hormonioterapia, permitida a partir dos 16 anos, seria responsável por induzir características corporais em acordo com o gênero de identificação. O atendimento por equipe multidisciplinar em centro especializado é sugerido como ponto de partida para a assistência em saúde a crianças e adolescentes trans. (PONTES; SILVA; NAKAMURA; 2020, p. 115)

O trabalho de Pontes, Silva e Nakamura (2020) caracteriza-se como uma discussão socioantropológica sobre as práticas de cuidado de crianças e adolescentes com variabilidade de gênero. A partir de entrevistas e estudos teóricos, as autoras discutem como as práticas de cuidado são realizadas após um diagnóstico com uma avaliação de sofrimento pela disforia de gênero. Com o diagnóstico, uma série de serviços são possibilitados, com diferentes abordagens médicas. Por outro lado, as autoras notam também que há muita incerteza no espaço dos profissionais. Incertezas que,

se ligam a indeterminação das categorias ‘disforia’ e ‘variabilidade’ e sugerem tanto dificuldades para avaliar questões de gênero a partir de uma razão diagnóstica, quanto a complexidade de experiências que nem sempre se enquadram em valores como “fixidez” e “permanência” (PONTES; SILVA; NAKAMURA; 2020, p. 128)

Como descrito pelo próprio nome, a variabilidade de gênero é fluída, o que dificulta no momento de diagnóstico. Por isso, as autoras questionam a necessidade do diagnóstico para acessar os serviços destinados à variabilidade de gênero.

Na análise realizada destaca-se como as práticas de cuidado são orientadas por categorias amplas, como as de ‘variabilidade’ e ‘disforia’ de gênero, em que a distinção entre concepções socioculturais de gênero e critérios diagnósticos é pouco precisa. Os interlocutores são interpelados a diagnosticar e assegurar o manejo adequado das intervenções, frente ao qual manifestam incertezas que acompanham as dificuldades para classificar a diversidade de gênero entre crianças e adolescentes a partir de uma razão diagnóstica, colocada em questões por alguns dos próprios profissionais. O diagnóstico possui um caráter dúbio, pois ele pode tanto limitar, sendo alvo de críticas ao vincular as experiências entre crianças e adolescentes trans a uma gramática psiquiátrica (Winter, 2017), quanto pode oferecer uma matriz que permite descrever e interpretar tais experiências. Trata-se, portanto, de uma discussão que aponta como o cuidado a crianças e adolescentes trans acompanha a negociação em torno de “projeto de pessoa” que articula e atualiza convenções socioculturais de gênero. (PONTES; SILVA; NAKAMURA, 2020, p. 129)

Vale ressaltar que não são todas as profissionais que fazem o diagnóstico.

Como Patrícia trabalhou por muito tempo com uma criança com variabilidade de gênero, perguntei se ela havia feito um diagnóstico. Ela me explicou que não sentiu a necessidade de afirmar que P. era uma criança transgênero ou com disforia de gênero: “*a gente não fecha um diagnóstico, as crianças trans existem, mas não fechamos um diagnóstico, porque ela está transitando e ela pode realmente mudar*”. Na sua percepção, era mais importante compreender o sofrimento da criança que não necessariamente estava relacionado com sua identidade e expressão de gênero.

Na mesma linha de pensamento, Fernanda discute o papel da psicologia como um espaço de acolhimento do que a criança está se mostrando ser, não do que nós impomos sobre ela. O espaço da criança é necessário para avançar com a ciência, pois, como dito por Fernanda, “*é necessário conseguir escutar e captar a necessidade dessa criança*”.

Faz-se necessário pensar que o papel da psicologia, apesar de já estar presente em alguns espaços clínicos, deve ser mais amplo, compreendendo a complexidade e fluidez do ser humano. As incertezas que o trabalho discute evidenciam a escassez de estudos na temática, o que limita o trabalho da psicologia e de outras formações que trabalhem diretamente com a diversidade humana.

Ou seja, o trabalho sobre a variabilidade de gênero é mais profundo do que um diagnóstico. Não deveria ser somente um trabalho que ajuda as crianças a terem uma transição social com um menor grau de sofrimento. É um trabalho que exige uma reformulação de conceitos binários e também uma discussão do que é normal e anormal, saudável e patológico na psicologia, abrindo espaço para novos estudos.

Hyde et al. (2018) publicaram um artigo na Associação Americana de Psicologia (APA) acerca dos cinco principais desafios nas normas binárias de gênero que podem implicar no futuro da psicologia. A proposta do artigo é, portanto, discutir o que se trata como **gênero binário** na perspectiva que a ciência muitas vezes adotou: acreditar que só existem dois gêneros e que estes são fixos, biologicamente determinados e que implicam em diferenças psicológicas. Segundo as autoras, a negligência da população não-cis nos estudos psicológicos faz com que descobertas importantes para a saúde mental sejam inatingíveis. Segundo as autoras,

as desvantagens do gênero binário são muitas, e produzem coletivamente o que provavelmente será um custo enorme para as sociedades humanas. Esses custos são especialmente lamentáveis, pois é provável que sejam quase totalmente evitados. Nossa revisão de tais custos, não pretende ser exaustiva, mas, em vez disso, ser ilustrativa de raciocínios para mudanças psicológicas, bem como para políticas e práticas mais amplas da sociedade. (HYDE et al., 2018, p. 183, tradução nossa)<sup>9</sup>

Em paralelo com esse artigo, foi encontrada uma dissertação de mestrado que, na mesma linha de pensamento desse trabalho de Hyde e colaboradores (HYDE et al, 2018), buscou compreender a variabilidade de gênero e o papel do serviço social. A dissertação realizada por Inês V. Carvalho também denuncia a escassez de estudos que “tomem as crianças e/ou jovens trans como protagonistas” (CARVALHO, 2021, p. 14), o que dificulta o acesso a informações adequadas, a qualificação do trabalho profissional e o desenvolvimento de futuros projetos voltados para a diminuição da violência e da LGBTfobia.

Potenciar fatores de proteção é uma estratégia de intervenção importante. São eles, fatores individuais, fatores de relação como a família, e outros adultos (profissionais de educação/profissionais de saúde) e os amigos, e fatores da comunidade como as políticas públicas, serviços sociais e visibilidade na comunidade. (CARVALHO, 2021, p. 17)

A mesma preocupação esteve presente nas falas das psicólogas entrevistadas. Todas comentaram sobre a necessidade de se desenvolverem mais estudos e de torná-los acessíveis a todas as profissionais da psicologia. Com as entrevistas, foi possível discutir e ouvir as psicólogas falarem sobre a variabilidade de gênero como um debate para todas as profissionais que trabalhem com crianças, pois, nas palavras de Suzana, “*a psicologia tem uma atuação ligada a todas as instâncias que estão na vida das crianças trans.*”

Com Suzana, conversamos sobre o assunto da responsabilidade social que a psicologia deve assumir, compreendendo ser esse um fato essencial para realizar mudanças nas práticas *psis*. A dissertação de Afonso (2020) contribui para essa reflexão, pois questiona como as mudanças acerca

---

<sup>9</sup> The drawbacks of the gender binary are numerous and collectively produce what is likely to be an enormous cost to human societies. These costs are especially unfortunate in that they are likely to be nearly entirely avoidable. Our review of such costs is not intended to be exhaustive but instead to be illustrative of rationales for changes to psychological, as well as broader societal, policies and practices.

do tratamento de pessoas com variabilidade de gênero irá acontecer se essas pessoas continuarem sendo constantemente excluídas da sociedade binária:

De que modo então, perante a força apodítica da normatividade, das relações de poder, da propriedade e da biopolítica, pode alguém “excluído” reivindicar o seu reconhecimento e a sua inscrição num futuro social? De que força e de que formas de influência pode essa pessoa dispor para contestar instâncias hegemônicas e reguladoras? (AFONSO, 2020, p. 73-74)

A partir disso, Carvalho (2021) sugere algumas atuações possíveis no campo do Serviço Social em Portugal que podem conversar com o papel da psicologia discutido nas entrevistas realizadas aqui.

Para sugestões recomendadas e do que foi possível aprender com as experiências e narrativas sobre estes fatores, propõe-se: campanhas sensibilizadoras nas escolas, instituições de apoio à infância e juventude e SNS sobre a temática trans\*; investimento na formação académica e profissional na área de género para professorxs, interventorxs sociais, médicxs, e todxs xs profissionais que possam vir a trabalhar com estas crianças e jovens; implementação de conteúdos LGBTIQ+ nos planos curriculares escolares, por exemplo nas aulas de Formação Cívica; revisão dos manuais escolares afim de torná-los mais inclusivos; terminar com a necessidade de referenciação obrigatória dx médicx de família para os serviços de sexologia clínica; supervisão profissional clínica para que se evitem casos de *misgender* e práticas opressoras; investimento na abertura de instituições de apoio à infância e juventude para crianças e jovens trans\* e criação de mais grupos de apoio a pais de crianças e jovens trans\*. (CARVALHO, 2021, p. 90)

Nessa dissertação realizada por Carvalho (2021), o papel social e variado nas atuações para a saúde mental foi enfatizado.

As entrevistas realizadas no presente trabalho foram feitas com psicólogas de diferentes áreas de atuação, justamente para encontrar as diversas contribuições que a psicologia pode trazer. Dentre os papéis da psicologia, foram comentados os seguintes: o trabalho com os adultos, o trabalho com as escolas e o trabalho em rede.

Acerca do trabalho com os adultos, as psicólogas entrevistadas disseram acreditar ser importante a intervenção direta com eles para haver uma real mudança no tratamento de crianças com variabilidade de gênero. Elas citaram a importância de dar apoio para as crianças em um trabalho individualizado e principalmente da necessidade de trabalhar diretamente com os adultos que as acompanham.

Por exemplo, para Patrícia, nos casos de crianças que enfrentam algum sofrimento ligado a variabilidade de gênero e que são encaminhadas para a clínica, ainda que seja recomendado um trabalho terapêutico de “*fortalecimento do ego, para lidarem com os enfrentamentos sociais*”, a verdadeira mudança deve ser nos adultos. O trabalho com os adultos aqui mencionado envolve o acolhimento das dificuldades que enfrentam para compreender e apoiar as crianças, bem como informá-los sobre a variabilidade de gênero, com base em pesquisas.

Para Suzana, “*a psicologia é uma profissão que pode ser mediadora e contribuir muito nesse acolhimento das famílias e no acolhimento da escola, que também não sabe muito bem como fazer.*” Assim, o acolhimento pode ser em todos os ambientes que acompanham as crianças, nos hospitais, escolas, famílias, centros culturais etc. Para Renata,

*A psicologia poderia contribuir grandemente dando a visão dela dos impactos psicológicos da educação, da falta de informação, do que é veiculado nas mídias, do que é passado para os profissionais e especialmente dentro das escolas, onde as crianças passam grande parte da vida. (Renata)*

Renata demonstra preocupação nas informações equivocadas que podem ser compartilhadas entre os adultos, nas escolas e nas famílias. Por isso, ela ressalta a importância de se compartilhar os estudos pedagogicamente.

*A gente precisa perceber o que é influência de informações externas que está bagunçando a cabeça dessas crianças e adolescentes que estão sem referencial, e o que é realmente natural da criança. Tem esses dois lados que dá para olhar bastante. Esse olhar externo precisa de uma desconstrução e educação e essa natureza do ser humano que precisa de informação para os adultos, para os outros. (Renata)*

Neste trabalho já foi discutido o ambiente desafiador que a escola pode ser para as crianças. Por isso, vale discutir o que a psicologia pode fazer nesse ambiente, assunto que também surgiu em todas as entrevistas. Patrícia comenta dessa necessidade e também expressa seu medo de nem todas as escolas aceitarem mudanças.

*O que a psicologia pode fazer, é ir desde a divulgação de pesquisas de uma forma mais sucinta, a palestras em escolas para professores e pais. Agora eu acredito que nem todos os colégios suportariam alunos como o P.. Posso estar bem errada, mas eu acho. Acho, porque eles morrem de medo do que os pais das ditas crianças “normais” vão achar. A psicologia tem um papel inclusive nessa explicação, que não é algo que se “pega”, que é contagioso. (Patrícia)*

O problema se dá em trabalhar tanto na aceitação das famílias como na aceitação das escolas, como um trabalho conjunto. No trabalho de Ana com a criança com variabilidade de gênero que apareceu na escola, ela disse que o seu papel e o da equipe foi de informar a escola, falar com todos os profissionais, para que estes entendessem que aquela criança usaria o banheiro feminino, se vestiria com roupas designadas socialmente para meninas e que “*não era para se falar sobre isso*”. Para ela, o objetivo é que as profissionais tratem a criança como qualquer outra.

Ainda sobre Ana, um papel importante que ela comentou é o trabalho em rede. A psicologia pode ter um papel mais potente se o trabalho for em rede com outras profissões. Nesse caso, fica ainda mais evidente a importância da realização e divulgação de estudos de diferentes áreas para compreender o valor que cada área de atuação pode ter, favorecendo a diminuição de violências e exclusões.

Na conclusão do estudo de Hyde et al. (2018), os pesquisadores explicam a importância de utilizar como abordagem uma visão ampla de gênero/sexo, para garantir abertura em relação a todas as expressões e identidades. A abordagem deveria, segundo as autoras, ser aplicada em todas as áreas humanas e da saúde, para que haja maior inclusão da diversidade de gênero.

Seguindo a visão expansiva de gênero/sexo, todos, inclusive as crianças, deveriam ser capazes de expressar suas identidades de gênero sentidas. Além disso, esse estudo deveria se aplicar a indivíduos, incluindo crianças, cujas identidades e comportamento combinam elementos tradicionalmente associados à masculinidade e à feminilidade, bem como aqueles que rejeitam completamente o gênero/sexo como uma autoconstrução organizadora. Para que isso ocorra, é importante ver todos os indivíduos como pertencentes a um grupo humano comum que varia quantitativamente ao longo de várias dimensões relacionadas ao gênero (e não como grupos dicotômicos que variam qualitativamente uns dos outros) e defender mudanças na sociedade visando expandir nossas visões de gênero/sexo, para abrir espaço para todas as identidades, expressões e comportamentos. (HYDE et al., 2018, p. 188, tradução nossa)<sup>10</sup>

---

<sup>10</sup> Following from the expansive view of gender/sex, everyone, including children, should be able to express their felt gender identity. Furthermore, this approach should apply to individuals, including children, whose identities and behavior combine elements traditionally associated with masculinity and femininity as well as those who completely reject gender/sex as an organizing self-construct. For this to occur, it is important to view all individuals as belonging to a common human group that varies in quantitative ways along various gender-related dimensions (rather than as dichotomous groups that vary qualitatively from each other) and to advocate for societal changes aimed at expanding our views of gender/sex, to make space for all identities, expressions, and behaviors.

Dessa forma, os papéis da psicologia aqui discutidos refletem a necessidade de não permanecer somente na perspectiva de diagnóstico e *tratamento* para *disforia de gênero*. A psicologia deve contribuir com a ampliação de estudos, se responsabilizar com um pensamento não-binário, acompanhar as lutas político-sociais, contribuir para a educação em todos os contextos dos quais as crianças participam e nos quais interagem, e, principalmente, dar apoio à rede para um trabalho mais expansivo.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou estudar a variabilidade de gênero na infância, identificando os desafios que são enfrentados pelas crianças e o papel da psicologia no enfrentamento deles. Fez-se necessário compreender o papel da psicologia nessa temática, considerando que ainda há poucos estudos disponíveis (CARVALHO, 2021) e que esse foi um tema pouco discutido na minha formação em psicologia.

Ao longo da realização desse trabalho, novos conteúdos foram publicados, o que mostra que esse é um assunto que está começando a ganhar mais espaço. Poucos meses antes da finalização do trabalho, foi publicada uma pré-versão de uma pesquisa que acompanhou crianças que se auto identificam como transgêneras ao longo de 5 anos. O trabalho apresentou uma conclusão preliminar que resultou em mínimas “desistências” (2,5%), isto é, crianças que “voltam” a se identificar como cisgêneras (OLSON et al., 2022).

A transgeneridade é uma identidade que, como discutido no trabalho, sempre existiu, mas por muito tempo foi invisibilizada. Por isso, de modo geral os estudos realizam recortes demográficos separando gêneros dicotomicamente entre masculino e feminino, sem considerar outras possibilidades. Além disso, a abordagem de gênero na infância passa ser ainda mais invisibilizada, uma vez que a infância por si só é caracterizada como um período de inocência, desconsiderando então a experimentação de gênero (SOUZA; SALGADO; MAGNABOSCO, 2018).

Foi possível compreender no trabalho como há, na verdade, uma imposição do gênero desde antes do nascimento, que se dá a partir de uma perspectiva hegemônica binária (sexo masculino = menino e sexo feminino = menina). Qualquer expressão que fuja dessa estrutura é percebida como um sinal de alerta pelos adultos, muitas vezes recaindo numa patologização das crianças.

A estrutura deste trabalho passou por diversas mudanças ao longo de sua realização, especialmente das nomenclaturas usadas para a variabilidade de gênero. Foi possível compreender a complexidade que existe na temática de gênero, ainda mais no que concerne à infância. Por isso, toda forma de mudança de nomenclatura foi usada para evitar restrições a certos grupos de pessoas. A variabilidade de gênero, dessa forma, envolve todo o leque de possibilidades entre cis e trans, todas as expressões e identidades possíveis, sem necessariamente um prefixo ou um pronome específico.

Para a realização do trabalho, foi feita uma busca extensa por referências bibliográficas que não abordassem a variabilidade de gênero de uma forma patologizante. Por isso, o recorte temporal foi marcante: a maioria das referências utilizadas foram realizadas na última década, o que mostra recentes movimentações sobre o tema.

As pesquisas buscadas não foram somente da psicologia por duas principais razões: a primeira foi pela escassez de estudos encontrados – como mencionado ao longo do trabalho –; e a segunda razão foi por compreender a importância de uma visão em distintas áreas do conhecimento para um trabalho mais aprofundado.

A área de conhecimento na qual mais foram encontradas pesquisas foi a de ciências médicas, como a endocrinologia, pediatria e psiquiatria. Isso reforça a conclusão de que o tema ainda se mantém muito na perspectiva saúde-doença. Outras áreas de conhecimento em foi encontrada grande quantidade de estudos sobre gênero foram as humanidades e as ciências sociais aplicadas: antropologia, filosofia, sociologia e serviço social.

Para alcançar o objetivo – entender o papel da psicologia –, foi utilizada uma variedade de artigos, principalmente os que tratavam dos desafios sociais. Isso porque a psicologia social consegue compreender a variabilidade de gênero de forma mais diversa e pode apresentar mais contribuições que as outras sub-áreas.

Como discutido ao longo do trabalho, a variabilidade de gênero na infância precisa de um olhar com foco na saúde, mas não só. É necessário compreender as implicações sociais e culturais que dificultam a existência e experimentação dessas crianças.

Após a realização da pesquisa teórica, foram realizadas entrevistas com psicólogas de diferentes áreas de atuação para possibilitar uma visão mais ampla do papel da psicologia. A partir da escuta das reflexões provocadas em conjunto com as psicólogas participantes da pesquisa, foi possível pensar em uma série de desafios enfrentados pelas crianças com variabilidade de gênero: os desafios na escola, na família e na própria psicologia enquanto ciência.

Os desafios na escola se caracterizaram pela (1) falta de informação por parte das equipes de educadores, (2) permanência da cultura binária na educação das crianças, que afeta a maneira como elas se colocam no mundo e (3) a não aceitação dos adultos que participam do sistema escolar (familiares e funcionários). Já os desafios na família se constituíram como (1) a dificuldade das crianças de serem ouvidas (a partir de sistemas de controle e tutela), (2) a não aceitação familiar,

(3) questionamentos vividos pelos familiares que aceitam e apoiam as crianças, e (4) ansiedade dos familiares para encontrarem informações que podem muitas vezes serem moralistas.

Finalmente, os desafios da psicologia aqui discutidos, foram (1) a falta de espaço para discutir o tema, o que fez com que todas as psicólogas entrevistadas dissessem que talvez não tivessem muito conhecimento na temática, (2) a ausência de disciplinas obrigatórias no currículo de graduação em psicologia no Brasil (BARRETO; PERES; SALES; 2018), (3) o peso de se apoiar apenas a um diagnóstico, (4) o olhar para as crianças que retira o seu protagonismo e (5) o uso de conhecimentos teóricos que seguem uma lógica binária e hegemônica.

A partir da discussão dos desafios, foi possível pensar nos papéis que a psicologia pode ter para contribuir para uma sociedade menos LGBTfóbica, violenta e negligente com crianças com variabilidade de gênero. Foi possível concluir que a psicologia tem um papel fundamental na realização de uma movimentação de debates e informações sobre a variabilidade de gênero, a partir de novos estudos que não categorizem o gênero de forma binária (HYDE et al., 2018).

Os estudos sobre o tema não deveriam ser só de preocupação das áreas da saúde, mas de todas as áreas que trabalham com a diversidade humana, como forma de possibilitar cada vez mais existências saudáveis e vivíveis. Além dos estudos, o papel da psicologia está em um trabalho social com toda a comunidade que permeia a vida das crianças, não somente as com variabilidade de gênero, mas **todas** as possibilidades de ser criança. Por isso, há uma provocação para uma revisão de estudos teóricos na formação da psicologia, como forma de sair de uma lógica hegemônica.

Segundo a crítica realizada por Afonso (2020) para as epistemologias e o seu papel,

não se trata duma promoção da tolerância ou de uma ampliação dos mecanismos reguladores. Trata-se antes duma revisão fraturante da naturalização dos fundamentos mesmos da normatividade e de corresponsabilizar instituições e anônimos na criação de espaço para o que não tem espaço próprio segundo o espartilho heterossexual, cisgênero, branco, saudável, masculino, jovem, do pensamento sobre o humano. (AFONSO, 2020, p. 77)

A reflexão trazida pela autora citada ecoa no que pude concluir em meu trabalho. Em outras palavras, o papel da psicologia não está em aceitar ou tolerar a variabilidade de gênero, e até mesmo preparar as crianças para uma transição social menos sofrida. O papel da psicologia está na revisão de estudos binários, na responsabilização de modelos hegemônicos que não permitem às crianças

a liberdade de experimentação fora do modelo binário, e na produção de informações que circulem nas redes das quais as crianças fazem parte e nas quais elas circulam.

## REFERÊNCIAS

AFONSO, Irlandina. **Para um questionamento filosófico do gênero não-binário**: condições de problematização e (re)significação. 2020. 104 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2020.

ALVES, Zélia Mana Mendes Biasoli; SILVA, Maria Helena G. F. Dias. Análise qualitativa de dados de entrevista: Uma proposta. **Paidéia, FFCLRP**, Ribeirão Preto, p. 61-69, 2 fev. 1992.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION - APA. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BARRETO, D. J; PERES, W. W; SALES, A. B. Há psicologias em movimento? Problematizações (im)pertinentes nada inocentes sobre os prazeres, as sexualidades e os gêneros na formação em psicologia. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 52, 2018 DOI: 10.5007/2178-4582.2018.56963.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Revista Estudos feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 548-559, 10 maio 2011. ISSN: 1806-9584

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria no 1.707, de 18 de agosto de 2008. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), o Processo Transexualizador, a ser implantado nas unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, ano 145, n. 159, p. 43, 19 ago. 2008.

BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative Research in Psychology**, [s. l.], v. 3, n. 2, p. 77-101, Jan. 2006

CARVALHO, Inês Vale. **Experiências e Vivências de Crianças e Jovens Trans**: a reinvenção do saber e da práxis do Serviço Social. 2021. 125 p. Dissertação (Mestrado em Intervenção Social na Infância e Juventude em Risco de Exclusão Social) - Instituto Superior de Serviço Social do Porto (ISSSP), Porto, 2021.

CIASCA, Saulo Vito; HERCOWITZ, Andrea; LOPES JUNIOR, Ademir (orgs.). **Saúde LGBTQIA+**: Práticas de Cuidado Transdisciplinar. 10. ed. Santana de Parnaíba: Manole, 2021.

COLEMAN, Eli et al. 2012. **Normas de atenção à saúde das pessoas trans e com variabilidade de gênero**. 7a ed. [online] WPATH. Disponível em: <https://www.wpath.org/publications/soc> [Acesso em: 02.06.22].

COMISSÃO ESPECIAL DE DIVERSIDADE SEXUAL DO CONSELHO FEDERAL DA OAB (Brasília). Maria Berenice Dias. Nota Técnica sobre uso do nome social em escolas e universidades. **Nota Técnica**. A controvérsia diz sobre a possibilidade de os alunos menores de idade utilizarem o nome social, sem haver a necessidade de autorização dos pais ou responsáveis. Brasília, 27 set. 2013. Disponível em:

[https://www.mprj.mp.br/documents/20184/237640/nota\\_tecnica\\_oab\\_uso\\_de\\_nome\\_social\\_nas\\_escolas.pdf](https://www.mprj.mp.br/documents/20184/237640/nota_tecnica_oab_uso_de_nome_social_nas_escolas.pdf). Acesso em: 18 maio 2022.

CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO E PROMOÇÕES DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS - CNCD/LGBT. **Resolução nº 12, de 16 de janeiro de 2015**. Estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais - e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais - nos sistemas e instituições de ensino, formulando orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização. [S. l.], 16 jan. 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/old/cncd-lgbt/resolucoes/resolucao-012>. Acesso em: 18 maio 2022.

FAVERO, Sofia. **Crianças trans**. Salvador, BA: Devires, 2020. 198 p. ISBN 978-65-86481-06-8.

GREYTAK, E. A.; KOSCIW, J. G.; DIAZ, E. M. (2009). **Harsh realities**: the experiences of transgender youth in our nation's schools. New York: GLSEN.

HYDE, Janet Shibley *et al.* The Future of Sex and Gender in Psychology: five challenges to the gender binary. **American Psychological Association (APA)**, [s. l.], v. 74, n. 2, p. 171-193, 19 jul. 2018. DOI <http://dx.doi.org/10.1037/amp0000307>. Disponível em: <https://www.apa.org>. Acesso em: 3 jun. 2022.

INFANCIA Libre. Direção: Noelia González. Fotografia de MAFIA. Salta, Argentina: AJ+ Español, 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CsuXCBGqmSo>. Acesso em: 25 mar. 2022

KOSCIW, J. G.; ZONGRONE, A. D. **A Global School Climate Crisis**: Insights on Lesbian, Gay, Bisexual, Transgender & Queer Students in Latin America. New York: GLSEN, 2019.

LEIRAS, Ema Ponce de León. Corpo e vulnerabilidade na cultura contemporânea. In: HOLOVKO, Cândida Sé; CORTEZZI, Cristina Maria (orgs.). **Sexualidades e gênero**: Desafios da psicanálise. São Paulo: Blucher, 2017. cap. 20, p. 349-362. ISBN 9788521212515.

NOVO, Arthur Leonardo Costa. "Mãe, Maria nunca existiu! Me chama de João?": Uma análise etnográfica das relações de família e medicalização nas experiências de "crianças trans". **Horizontes Antropológicos**: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Porto Alegre, v. 27, n. 60, p. 317-349, 24 ago. 2021.

OLSON, Kristina R *et al.* Gender Identity 5 Years After Social Transition. **Pediatrics**: Official Journal of the American Academy of Pediatrics, [s. l.], 2022. DOI 10.1542/peds.2021-056082. Disponível em: [http://publications.aap.org/pediatrics/article-pdf/doi/10.1542/peds.2021-056082/1283349/peds\\_2021056082.pdf](http://publications.aap.org/pediatrics/article-pdf/doi/10.1542/peds.2021-056082/1283349/peds_2021056082.pdf). Acesso em: 3 jun. 2022.

PONTES, Júlia Clara de; SILVA, Cristiane Gonçalves da; NAKAMURA, Eunice. "Crianças" e "Adolescentes" trans: A construção de categorias entre profissionais de saúde. **Sexualidad, Salud y Sociedad**: Revista Latinoamericana, [s. l.], n. 35, p. 112-132, ago. 2020.

PRECIADO, Paul Beatriz. Quem defende a criança *queer*? **Jangada-crítica, literatura, artes.** Viçosa, p. 96-99, 2013.

RODRIGUES, Aleksandro. Introdução. In: **Crianças em dissidências:** Narrativas desobedientes da infância. Salvador, BA: Devires, 2018. p. 7-9

RYAN C. **A Practitioner's Resource guide:** helping families support their LGBT Children. Family Acceptance Project. HHS Publicação Num. PEP14-LGBTKIDS. Rockville, MD: Substance Abuse and Mental Health Services Administration, 2014.

SAADEH, Alexandre. A Biologia como destino...? In: HOLOVKO, Cândida Sé; CORTEZZI, Cristina Maria (org.). **Sexualidades e gênero:** Desafios da psicanálise. São Paulo: Blucher, 2017. cap. 22, p. 377-392. ISBN 9788521212515.

SCHNARRS, Phillip W. *et al.* Differences in adverse childhood experiences (ACEs) and quality of physical and mental health between transgender and cisgender sexual minorities. **Journal of Psychiatric Research**, v. 119, p. 1-6, 30 ago. 2019.

SOUZA, Leonardo Lemos; SALGADO, Raquel Gonçalves; MAGNABOSCO, Molise de Bem. A vida pode ser escrita por linhas tortas: quando infâncias, gêneros e sexualidades interrogam o desenvolvimento. In: RODRIGUES, Aleksandro (org.). **Crianças em dissidências:** Narrativas desobedientes da infância. Salvador, BA: Devires, 2018. cap. 8, p. 149-166. ISBN 978-85-93646-19-5.

## APÊNDICE

### 1. Roteiro para a Entrevista

1. Apresentação do TCC e da trajetória de investigação da aluna
2. Apresentação do vídeo documentário
3. Pedir para contar da trajetória na psicologia
4. Perguntas disparadoras:
  - 4.1. O que você entende sobre a variabilidade de gênero na infância?
  - 4.2. Você já teve alguma experiência em seu trabalho com uma criança com alguma questão de gênero?
  - 4.3. Quais desafios você percebe que existem na vida dessas crianças?
  - 4.4. Você acha que a psicologia pode contribuir para esses desafios?
  - 4.5. Você acha que sua área de atuação tem como contribuir no assunto?